

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E
EDUCAÇÃO.

GABRIELA ARAÚJO DE SOUSA

Narrativas sobre o Marajó:
colonialismo, estereótipos e produção midiática

Uberlândia

2025

GABRIELA ARAÚJO DE SOUSA

Narrativas sobre o Marajó:
colonialismo, estereótipos e produção midiática

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Programa de pós-
graduação em Tecnologias, Comunicação
e Educação, da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial à
obtenção do título de mestra.

Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Matos
dos Santos.

UBERLÂNDIA

2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S725 2026	Sousa, Gabriela Araújo de, 1991- Narrativas sobre o Marajó: [recurso eletrônico] : Colonialismo, Estereótipos e Produção Midiática / Gabriela Araújo de Sousa. - 2026. Orientadora: Vanessa Matos dos Santos. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação. Modo de acesso: Internet. DOI http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.153 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações. 1. Educação. I. Santos, Vanessa Matos dos, 1981-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação. III. Título. CDU: 37
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Tecnologias, Comunicação e Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Profissional, número 02/2026/197, PPGCE				
Data:	Vinte de fevereiro de dois mil e vinte e seis	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	15:55
Matrícula do Discente:	12412TCE010				
Nome do Discente:	Gabriela Araújo de Sousa				
Título do Trabalho:	NARRATIVAS SOBRE O MARAJÓ: Colonialismo, Estereótipos e Produção Midiática				
Área de concentração:	Tecnologias, Comunicação e Educação				
Linha de pesquisa:	Mídias, Educação e Comunicação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Entre Telas: Pesquisas e Estudos em Comunicação e Educação nas narrativas, produtos e processos audiovisuais				

Reuniu-se de forma híbrida na sala 135 Bloco 1G no link <https://conferenciaweb.rnp.br/sala/vanessa-matos-dos-santos>, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação, assim composta: Professores Doutores: Gabriela Junqueira - UFU; Tadeu Pereira dos Santos - UNIR; Vanessa Matos dos Santos - UFU orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Vanessa Matos dos Santos, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu a Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

[A]provado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Matos dos Santos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 20/02/2026, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Gonçalves Junqueira, Professor(a) Substituto(a) do Magistério Superior**, em 20/02/2026, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Pereira dos Santos, Usuário Externo**, em 23/02/2026, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7030827** e o código CRC **394E3282**.

Sumário

Agradecimentos	8
Memorial Acadêmico e Pessoal	10
Resumo.....	15
Introdução	15
Objetivos	20
Relato de etnográfico	27
Formação e Fragmentação identitárias sob o Legado Colonial.....	31
A colonização na Amazônia paraense: o caso marajoara.....	37
Representação	42
Entre a narrativa midiática e o campo marajoara.	45
Considerações Finais	52
Referências.....	59
Apêndice.....	66

Agradecimentos

O mestrado era um sonho que parecia distante. Agora, estamos aqui, a um mês de iniciar o doutorado.

Então, antes de tudo, agradeço a mim mesma — por ter continuado mesmo quando achei que não conseguiria, por ter suportado dores físicas e emocionais, por ter insistido até chegar a este dia feliz. Obrigada, Gabriela. Só a gente sabe o que foi chegar aqui viva.

Agradeço, de todo o coração, à minha mãe e ao meu pai, que foram afeto e sustento para que eu me formasse e seguisse nos estudos. Vocês nunca deixaram de acreditar em mim, e sou imensamente grata por isso. Amo muito vocês.

Obrigada, mãe, por tentar entender minhas questões, mesmo quando elas parecem um idioma estranho. Obrigada pelas voltas de carro quando tudo em mim ameaçava desabar, por assumir o volante quando eu travei, pelas noites em hospitais e, sobretudo, pela companhia nos dias felizes.

Aos meus amigos queridos, deixo um agradecimento em nome da Monique, Vitória, Aninha, Haline, Bianca, Marcus, Hinu e Tutu, que foram mãos, braços, pernas e pés quando os meus falharam. Essa jornada teria sido impossível sem vocês.

Ainda entre os amigos, um agradecimento especial à Agnes, que me ofereceu incentivo e orientação intelectual em diversos momentos, desde o projeto para entrar no mestrado até o último dia da escrita desta dissertação. Eu amo vocês em cada centímetro do meu corpo.

Agradeço a Rômulo, Angélica, Abner, Pedro, Eziel e tantos outros afetos paraenses que a vida político-partidária me presenteou.

E, de maneira especial, à minha irmã de alma, Samantha. Você não é apenas uma amiga: é conforto, é casa. Sem você, essa pesquisa jamais teria existido.

Agradeço à Vanessa, a melhor professora-orientadora que eu poderia ter. Obrigada por acolher minhas dúvidas, meus desejos, minhas dores e dificuldades — e, a partir disso, me ajudar a construir esta dissertação, que é a coisa mais íntima e bonita que já produzi. Se você pudesse entender o quanto me sinto sortuda por ter, em uma orientadora, uma referência intelectual, uma parceira de "fofocas" acadêmicas, de indignações sinceras e, também, um colo afetuoso... Não existem palavras capazes de agradecer na medida que você merece. Você me olhou e, mais do que isso, me enxergou em todo esse processo.

Agradeço à professora Dra. Gabriela, por aceitar fazer parte de mais um momento da minha vida acadêmica. Primeiro, como colegas de sala no ensino

fundamental; depois, como colegas de curso nas Ciências Sociais; e, agora, como membro valiosa da minha banca. Te admiro como mulher e professora. Obrigada por tudo.

Agradeço também ao professor Dr. Cairo, pelo aceite generoso em compor minha banca de defesa, e por compartilhar tantas possibilidades que enriqueceram o desenvolvimento deste trabalho. Saiba que admiro você como intelectual e reconheço o valor profundo das suas contribuições.

À Universidade Federal de Uberlândia, minha casa por tanto tempo, o meu sincero agradecimento. Espero, de verdade, poder retribuir tudo o que recebi aqui.

Agradeço à minha psiquiatra, Dra. Camila Ribeiro. Obrigada por me manter viva e raciocinando, por me acolher, por me entender, por acreditar em mim e por enxergar o que havia por trás de tudo. Se cheguei aqui, é também por sua causa.

E, por fim — não porque sejam menos importantes, mas porque quero que este agradecimento se destaque —, agradeço profundamente a todos e todas marajoaras que me receberam com generosidade. Àqueles e àquelas que me concederam entrevistas, que compartilharam conversas, passeios, cervejas e afetos: queria poder estampar seus nomes em cada página desta pesquisa, mas, por questões éticas, não é possível.

Eu amo o Pará. Amo e me importo com o Marajó. Há um pedaço de todo brasileiro neste lugar.

Memorial Acadêmico e Pessoal

Sou Gabriela e, por meio deste memorial, desejo aproximar você daquilo que faz sentido para compreender este trabalho, através dos trinta e quatro anos de vida que trilhei até aqui.

Minha família é mineira e goiana, daquelas famílias típicas de Uberlândia, com raízes fundas e histórias simples. O ponto fora da curva sou eu. Nasci e morei, entre um e dois anos de idade, na cidade de Gurupi, Tocantins, à época já reconhecida como parte do Norte do Brasil.

No que diz respeito à minha infância e adolescência, bem como ao meu processo de escolarização, posso dizer que tudo correu dentro da chamada "normalidade", com choro intenso, emoção à flor da pele e uma ansiedade sempre pulsante.

Sou graduada em Ciências Sociais e em Design de Interiores, e atualmente graduanda em Teatro. Sou professora de Sociologia e Ensino Religioso, atuando na docência desde dois mil e onze. Tive uma breve passagem pelo ensino privado, mas construí a maior parte da minha carreira no ensino público estadual de Minas Gerais, no ensino médio, e também nos anos iniciais da rede municipal de Uberlândia.

Venho de uma família em que poucas pessoas tiveram acesso ao ensino superior. Na minha geração poucos acessaram o ensino superior. Na geração de meus pais, apenas uma tia ingressou na universidade, já após os cinquenta anos, e podemos contar nos dedos de uma mão aqueles que frequentaram uma universidade pública. Nesse contexto, sou uma mulher de muitos privilégios.

Cursei minha primeira graduação nesta instituição, a UFU. Foi aqui que, como diria minha mãe, “me fiz gente de verdade”. Costumo dizer aos meus alunos que temos apenas dois privilégios em relação aos outros animais: o polegar opositor, que, convenhamos, facilita incrivelmente a vida, e a capacidade de raciocinar, que nos permite nos colocarmos no mundo de uma maneira única. Com esse combo, podemos ser gente.

As Ciências Sociais me quebraram em pedacinhos, abalaram todas as minhas certezas, para que eu pudesse me reconstruir como alguém que enxerga a si mesma e aos outros no mundo. A UFU acolheu minhas dores e delícias, organizou minhas potências e indignações e, com isso, virou minha vida de cabeça para baixo. Me fez gente.

Por meio dos movimentos sociais, organizando-me em partido político, conheci pessoas de fora do meu círculo e me aconcheguei em afetos paraenses, amores e amizades que permanecem na minha vida há mais de uma década e que construíram muito do que sou. De dois mil e doze a dois mil e vinte e quatro, perdi as contas de quantas vezes viajei a Belém.

As pessoas, a história de resistência, a arquitetura belenense, as praias de água doce, os rios com dimensão de mar, os braços d'água, a mata amazônica, as encantarias, o Ver-o-Peso, o sabor da dourada e do vatapá paraense fizeram do meu coração morada. Sabe quando a gente encontra paz em um lugar? O meu lugar está a dois mil e trezentos quilômetros de distância, mas sou capaz de descrever o cheiro e a sensação térmica com detalhes, a qualquer hora e em qualquer dia. Estou te contando isso porque esse amor e essa identidade ajudam a compreender o porquê deste trabalho.

Como acadêmica, deixei bastante a desejar. A Gabriela jovem não compreendia como unir, de forma justa, a academia e o desejo de mudar o mundo. Cheguei a ver essas duas dimensões como opostas. Por isso, passei a rejeitar a produção acadêmica, enxergando-a como um entrave à revolução. Não estou exagerando, essa era, de fato, a minha perspectiva. Eu acreditava que existia um processo de ascensão das lutas e, portanto, um processo revolucionário em aberto. Trotskista, sim, culpada.

Alguns anos após concluir a graduação, que, aliás, demorou bastante, já que deixei o TCC para o último semestre de dilação concedido, comecei a cogitar a ideia do mestrado. Mas tinha certeza de que jamais seria aprovada, dado o meu histórico acadêmico.

Em dois mil e vinte e três, no entanto, sofri um acidente grave que transformou completamente a minha vida. Sofri um esmagamento na perna direita e passei dez meses até conseguir me locomover novamente, ainda que por curtas distâncias. Nesse período, fui quebrada em tantos pedacinhos que alguns ainda estão perdidos. E, para ser franca, acho que agora carrego alguns buraquinhos.

Com medo de enlouquecer, comecei a estudar. Decidi prestar o mestrado. Não foi fácil. Não confiei (e ainda tenho dificuldade em confiar) em mim, mas passei.

Encontrei, nessa jornada, uma parceira muito acima de qualquer expectativa. A professora Vanessa, minha orientadora, foi o motor que eu precisava para me encontrar com o prazer de pesquisar. Mais do que isso, foi o braço que me sustentou até aqui. Além de mentora, foi afago e paciência nos momentos mais desafiadores de depressão, dor física ou neuropática e de baixa na produtividade.

Quando fui escolher as disciplinas optativas do programa, optei por aquelas com conteúdos voltados à comunicação. Na disciplina "História das Mulheres, Gênero e Mídias", ministrada pelas professoras Raquel Discini e Nicoli Tassis, entendi que eu quero sim estudar mais, conhecer mais, e que eu gosto da comunicação, apesar de não saber quase nada.

Na minha primeira reunião presencial com a Vanessa (a bonita estava sendo chique na zona do euro), comentei sobre essa disciplina, sobre algumas matérias que li sobre mulheres indígenas no Pará e sobre exploração sexual de menores no Marajó. Compartilhei com ela algumas impressões e particularidades da região. Falei também sobre minha percepção de que o Norte é uma região absurdamente invisibilizada, com graves questões de abandono por parte do poder público, e o quanto há entraves para que a região fale de si mesma. Ressaltei ainda como o Norte expressa uma brasilidade única.

Foi nesse contexto que surgiu o desejo de investigar como a grande mídia nacional retrata o arquipélago do Marajó, frequentemente reduzindo o território a um cenário de miséria, abandono e violência sexual. Minha pesquisa busca identificar e compreender as percepções dos Sujeitos moradores das cidades de Afuá, Salvaterra e Soure, no arquipélago do Marajó, acerca das produções midiáticas que enfocam tanto o local geográfico (a ilha), quanto a comunidade marajoara

Ao me debruçar sobre o que se diz sobre o Marajó nos jornais de grande circulação, percebi uma insistência quase exclusiva em representar a região a partir da dor. A cobertura midiática concentra-se majoritariamente em narrativas associadas à exploração sexual infantojuvenil, à pobreza extrema e ao abandono institucional, produzindo um enquadramento recorrente que associa o território à vulnerabilidade permanente. Essa construção não é apenas editorial: trata-se de uma operação simbólica que orienta e condiciona o modo como o Brasil olha (ou deixa de olhar) para o Marajó. O incômodo que mobiliza esta pesquisa emerge justamente desse silenciamento sistemático de outras dimensões do território, de sua cultura, de seus saberes e de suas formas de existência.

Com o tempo, compreendi que a produção acadêmica pode, sim, ser instrumento de transformação. Não mais a vejo como um entrave à luta, mas como território fértil para tensionar estruturas, denunciar silenciamentos e propor outras narrativas possíveis.

Entrei no programa com um projeto sobre inteligência artificial e educação, mas chego a esta etapa quase final unindo três versões de mim mesma, a Gabriela que acredita que o mundo ainda precisa (e há de) ser transformado, a Gabriela que compreendeu que pode e deve ser acadêmica, e a Gabriela que tem afetos.

Portanto, esta dissertação nasce do mosaico que sou — de uma versão mais madura, politicamente e academicamente, e ainda apaixonada por um povo e por uma cultura. Cada fragmento dessa trajetória — as perdas, os afetos, a dor, a militância, a sala de aula, os rios do Pará — compõem essa

obra. Não para dar conta de tudo o que sou, mas para registrar, com honestidade, o que pulsa em mim agora.

Resumo

Esta dissertação investiga as narrativas midiáticas contemporâneas sobre o arquipélago do Marajó, analisando de que modo o colonialismo, os estereótipos históricos e as lógicas de produção da mídia contribuem para a construção de representações marcadas pela exotização, pela violência simbólica e pela homogeneização dos sujeitos amazônicos. A pesquisa parte de uma abordagem qualitativa, ancorada em referenciais da comunicação e do pensamento decolonial, articulando análise discursiva de notícias veiculadas pelo G1, de 2019 a 2024.

O estudo evidencia que o Marajó é frequentemente retratado como espaço de atraso, miséria e barbárie, em narrativas que reiteram imaginários coloniais e reforçam hierarquias centro-periferia, apagando a complexidade histórica, social e cultural da região. Observa-se que tais discursos midiáticos tendem a descontextualizar problemas sociais, deslocando-os de suas causas estruturais, ao mesmo tempo em que silenciam as vozes locais e suas formas de resistência, saberes e modos de vida.

Ao problematizar essas representações, esse trabalho busca contribuir para uma leitura crítica da produção midiática sobre a Amazônia marajoara, apontando a necessidade de práticas comunicacionais éticas, plurais e comprometidas com a escuta dos sujeitos. Defende-se, por fim, que a desconstrução dos estereótipos é fundamental para a produção de narrativas que rompam com a lógica colonial e promovam visibilidades mais justas e complexas.

Palavras-chave: Marajó mídia colonialismo Amazônia.

Abstract

This dissertation investigates contemporary media narratives about the Marajó Archipelago, analyzing how colonialism, historical stereotypes, and media production logics contribute to the construction of representations marked by exoticization, symbolic violence, and the homogenization of Amazonian subjects. The research adopts a qualitative approach, grounded in communication studies and decolonial thought, articulating a discursive analysis of news reports published by G1 from 2019 to 2024.

The study demonstrates that Marajó is frequently portrayed as a space of backwardness, poverty, and barbarism in narratives that reiterate colonial imaginaries and reinforce center–periphery hierarchies, thereby erasing the region's historical, social, and cultural complexity. It is observed that such media discourses tend to decontextualize social problems, detaching them from their structural causes, while simultaneously silencing local voices and their forms of resistance, knowledge systems, and ways of life.

By problematizing these representations, this work seeks to contribute to a critical reading of media production about Marajó in the Amazon, highlighting the need for ethical and plural communicative practices committed to listening to local subjects. Finally, it argues that the deconstruction of stereotypes is fundamental to producing narratives that break with colonial logic and promote more just and complex forms of visibility.

Keywords: Marajó Island media colonialism.

Introdução

A escolha de investigar a representação midiática da cultura nortista a partir da perspectiva dos sujeitos representados, com recorte no estado do Pará e no Arquipélago do Marajó, decorre de motivações pessoais, sociais e acadêmicas. Tal opção reflete o compromisso em analisar criticamente as narrativas construídas pela mídia nacional sobre territórios historicamente marginalizados, bem como seus efeitos simbólicos sobre as identidades locais, deslocando o foco do discurso hegemônico para a experiência e a percepção dos próprios moradores.

No ano de 2024, a mídia, sobretudo a online, veiculou notícias e reportagens sobre a "Ilha do Marajó", com um tema recorrente: a exploração sexual de crianças e adolescentes. O assunto ganhou grandes proporções, inicialmente na internet, tornando-se um conteúdo viral. Podemos considerar que o termo "viral" (LEMOS, 2021) se aplica bem às formas de comunicação que ocorrem atualmente nas redes sociais digitais. Schlemmer, Felice e Serra compreendem que:

O específico dessa nova realidade, o que faz com que ela seja hiperconectada, é o digital, em rede, sendo o virtual (virtus-potência), o que emerge dessa nova realidade e, enquanto potência, não é específico do digital, mas sempre existiu, na história da humanidade. (2020, p.18)

Como é amplamente discutida na esfera pública, cada vez mais interconectada e hiperconectada, acaba também chamando a atenção da mídia tradicional, além da webmídia. Esta, por sua vez, representa os modos de comunicação atuais que utilizam as tecnologias próprias da cultura digital.

Nesse contexto, em fevereiro de 2024, segundo Carneiro (2024), em artigo para a XVIII Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã, ao se procurar a palavra "Marajó" no buscador do Instagram, por exemplo, apareciam mais de 125 mil publicações relevantes, selecionadas de acordo com os critérios da plataforma e mencionadas por figuras públicas, artistas e representantes políticos. No entanto, os aspectos sociais e culturais do Norte do Brasil, especialmente do Marajó, ainda recebem pouca atenção em âmbito nacional. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, os meios de

comunicação desempenham um papel crucial na formação do imaginário nacional, refletindo tanto suas diversidades quanto suas semelhanças.

Não raro, as empresas jornalísticas divulgam notícias com a utilização de manchete e linha fina de impacto, mas com textos que não abordam o pano de fundo que sustenta números mais altos de exploração sexual no norte do Brasil. É possível observar, dentro dos critérios de Amaral (2006) o caráter sensacionalista da mídia.

O sensacionalismo tem servido para caracterizar inúmeras estratégias da mídia em geral como [...] a banalização da sexualidade, [...] a descontextualização do fato, [...] os prejulgamentos e a invasão de privacidade tanto de pessoas pobres como de celebridades [...] (AMARAL, 2006, P. 21)

Segundo Charaudeau (2006), as mídias se organizam em uma dupla lógica. A primeira é a lógica econômica, “que faz com que todo organismo de informação aja como uma empresa tendo por finalidade fabricar um produto que se define pelo lugar que ocupa no mercado de troca dos bens de consumo”, e a segunda é a lógica simbólica que “faz com que todo organismo de informação tenha por vocação participar da construção da opinião pública.”

Assim, o sensacionalismo manifesta-se quando os meios de comunicação utilizam manchetes exageradas e apelativas ao emocional, por vezes sem correspondência fiel aos fatos. Conforme observa Amaral (2006), trata-se de um estágio extremo da mercantilização da notícia, no qual o que se promete no título não encontra aprofundamento no conteúdo apresentado.

Luiz Gonzaga Motta (2013) argumenta que a mídia usa de forma estratégica tanto elementos reais quanto imaginários em suas histórias, com o objetivo de influenciar o público. Enquanto o aspecto factual é usado para criar uma impressão de objetividade e verdade, o componente fictício serve para provocar respostas emocionais, dando subjetividade às narrativas.

O Arquipélago do Marajó, situado no extremo norte do estado do Pará, é uma região de diversidade cultural, de formas de vida e organização social distribuídas por dezessete municípios¹, com aproximadamente três mil ilhas e

¹ Os municípios são: Ponta da Pedra, Soure, Portel. Breves, Cachoeira do Arirí, Muaná, Santa Cruz, Curralinho, Oeiras do Pará, Anajás, Gurupá, Bagre, Chaves, São Sebastião da Boa Vista, Melgaço, Salvaterra e Afuá.

ilhotas, é o maior arquipélago flúvio-marítimo do planeta, com uma área de 40.100 km², de acordo com o portal Marajó Guia². Por essa região passam grandes cursos d'água, como o Rio Amazonas, além do oceano Atlântico e da Baía de Marajó.

O principal meio de acesso ao arquipélago é operado de maneira fluvial, com viagens que partem da capital paraense e levam aproximadamente três horas e meia até os municípios de Soure e Salvaterra. Em situações como a do município de Afuá e Chaves, no extremo norte do arquipélago, o Marajó está mais próximo da capital amapaense do que de Belém. Nesses casos, o insulamento geográfico incide também em uma distância simbólica e cultural dos municípios do Marajó em relação a capital paraense e, sobretudo, ao restante do país. Nas últimas décadas, consolidou-se uma ideia da cultura e da representação midiática da população marajoara nos grandes veículos de comunicação.

Essa construção midiática está diretamente ligada à história de ocupação do Arquipélago do Marajó, marcada pela imposição de uma ordem social capitalista. Tal ordem confronta modos de vida comunitários, muitas vezes alheios à lógica da acumulação privada dos meios de produção, típica do sistema capitalista (RIBEIRO, 2006). O sincretismo religioso e cultural do Marajó foi historicamente moldado sob forte coerção, resultante tanto da catequização imposta pelos missionários quanto da repressão sistemática às práticas e cosmologias tradicionais. Esse processo não apenas desestruturou formas originárias de organização social, mas também consolidou um cenário político marcado pelo coronelismo e pela concentração fundiária, em consonância com o modelo de dominação vigente no Grão-Pará (SALLES, 1980; GONÇALVES et al., 2016).

A inserção do Brasil no sistema global de mercados, conduzida de maneira a privilegiar os centros econômicos litorâneos e a excluir historicamente os territórios interiores e periféricos, intensificou a marginalização socioeconômica da região. No caso marajoara, as consequências desse processo manifestaram-se em desigualdades estruturais

² <https://www.marajoguia.com/ja/ilhademaraj%C3%B3>. Acessado em 02/01/2024.

persistentes, na erosão e apagamento simbólico de suas referências culturais e na precarização do acesso a direitos básicos, incluindo educação, saúde e infraestrutura (TOURINHO; BARROS; CORRÊA, 2017). Ao longo desse percurso histórico, o arquipélago passou por sucessivas ressignificações identitárias, nas quais elementos de sua herança, como a cerâmica marajoara e os saberes tradicionais, foram apropriados e recontextualizados nas narrativas externas, frequentemente esvaziados de seu sentido político e histórico. Assim, tais símbolos, quando deslocados de suas origens, acabam servindo mais como ornamento exótico para consumo externo do que como expressão viva da memória e resistência de seu povo.

Para entender as construções simbólicas e o uso da cultura ao longo do tempo, é importante revisitar a história sociocultural dos territórios brasileiros. Neste contexto, o Arquipélago do Marajó destaca-se como um espaço onde narrativas populares, como lendas, contos e mitos perpetuam-se por gerações, mas não são reconhecidas como registro histórico formal.

É importante salientar que o Marajó não se tornou foco apenas em 2024. Em, 08 de outubro de 2022, a então Ministra³, Damarens afirmou ter conhecimento de esquema de tráfico humano e exploração sexual de crianças na Ilha do Marajó. Durante o culto em Goiânia a ex-Ministra Damarens⁴(2022, 0 min01s) afirmou:

Eu vou contar uma coisa para vocês, que agora eu posso falar. Nós temos imagens, de crianças nossas, brasileiras, com quatro anos, três anos, que quando cruzam as fronteiras, sequestradas, os seus dentinhos são arrancados, para não morderem na hora do sexo oral. Essa é a nação que a gente ainda tem irmãos. Nós descobrimos que essas crianças comem comida pastosa, para o intestino ficar livre, para a hora do sexo anal. Bolsonaro disse: nós vamos atrás de todas elas! E o inferno se levantou contra esse homem...

Dada a grande proporção que o tema ganhou nas redes e mídia em geral, a ex-Ministra foi interpelada a explicar por que as denúncias, dos supostos crimes que presenciou, não foram feitas em meios oficiais ou até mesmo questionada sobre as provas que disse ter. Então, segundo notícia

³ Damarens Alves foi Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, durante o governo de Jair Messias Bolsonaro de 2019 a 2022.

⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=clwhani6gPM> acessado: 01/07/2024

veiculada no G1.globo.com⁵, no dia 13 de outubro de 2022, Damares explicou que as denúncias se basearam em conversas “com o povo na rua”. A ex-Ministra afirmou: “O que eu falo no meu vídeo são as conversas que eu tenho com o povo na rua. Eu não tenho acesso, os dados são sigilosos, mas nenhuma denúncia que chegou na ouvidoria deixou de ser encaminhada.”

Sendo assim, esta pesquisa parte do princípio de que, especialmente após a ampla repercussão das falas da ex-ministra em 2022 e, posteriormente, dos acontecimentos de 2024, a produção de notícias pela grande mídia intensificou a reprodução de narrativas estereotipadas sobre o Marajó. Tal cobertura, orientada por critérios de noticiabilidade que privilegiam a viralização e o impacto emocional imediato, tem reiteradamente priorizado temas de forte apelo sensacionalista, sobretudo aqueles associados à violência, ao crime e à exploração sexual, em detrimento de uma abordagem plural, histórica e contextualizada da realidade local. Como consequência, aspectos centrais da cultura, da história e do modo de vida marajoara são invisibilizados ou tratados de forma superficial, contribuindo para a construção de um imaginário coletivo que reduz o arquipélago a um espaço de vulnerabilidade e miséria, em oposição ao reconhecimento de sua complexidade sociocultural e de seus processos históricos de resistência.

Tendo em vista este contexto, a pesquisa tem como objetivo geral dar relevo às percepções do sujeito morador da Ilha acerca das produções midiáticas que enfocam tanto o local geográfico (a ilha), quanto à comunidade marajoara. Como recorte para a seleção dos sujeitos, a pesquisa elegeu as cidades de Afuá, Salvaterra e Soure, no arquipélago do Marajó. Considerando a ampla diversidade histórico-cultural do Arquipélago do Marajó, composto por dezessete municípios na maior ilha fluvial do mundo, a escolha dos municípios de Afuá, Soure e Salvaterra aconteceu após uma análise cuidadosa como seria possível acessá-los. Considerando que o Arquipélago do Marajó é composto por dezessete municípios, distribuídos ao longo da maior ilha fluvial do mundo, a escolha de Afuá, Soure e Salvaterra decorreu de uma análise cuidadosa das condições de acesso ao campo. A abrangência territorial da região, aliada aos

⁵ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/10/13/damares-diz-que-se-baseou-em-conversas-com-o-povo-na-rua-ao-denunciar-exploracao-infantil.ghtml> acessado: 01/07/2024

elevados custos, às longas viagens fluviais (que podem ultrapassar 36 horas) e a questões logísticas e de segurança, inviabilizaria a contemplação de todos os municípios no escopo desta pesquisa.

Objetivos

Objetivo Geral

- Identificar as percepções dos Sujeitos moradores das cidades de Afuá, Salvaterra e Soure, no arquipélago do Marajó, acerca das produções midiáticas que enfocam tanto o local geográfico (a ilha), quanto a comunidade marajoara.

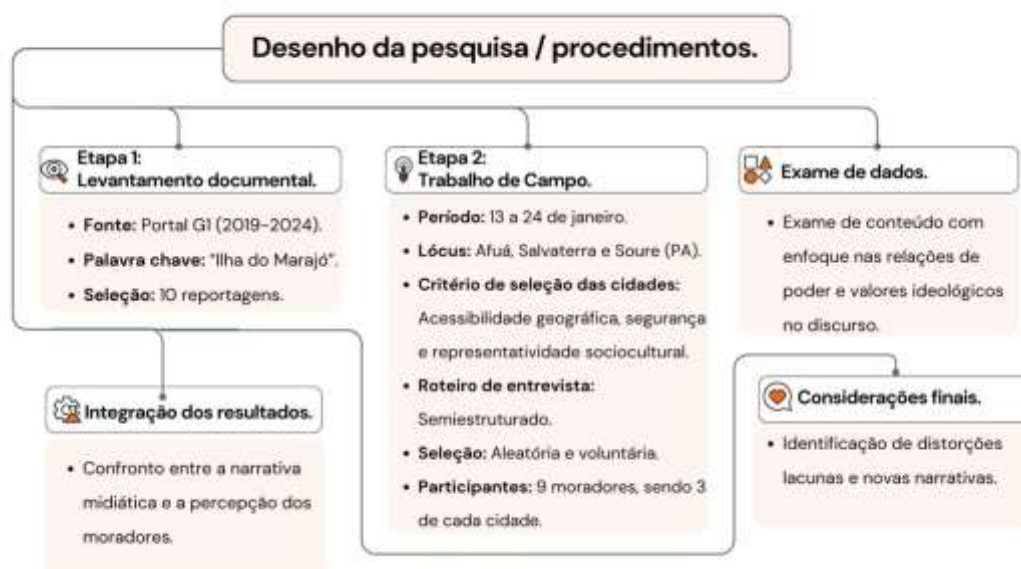
Objetivos específicos

- Identificar, através de entrevistas, se os marajoaras selecionados no recorte acreditam estar contemplados pela forma como a grande mídia, com recorte específico em notícias veiculadas pelo portal do G1 entres os anos de 2019 e 2024, os retrata / noticia.
- Explicitar o que a comunidade marajoara acredita ser importante noticiar sobre si e região e por quais razões

Metodologia

A metodologia desta pesquisa foi concebida de modo a garantir coerência entre o objeto de estudo, os objetivos propostos e os procedimentos de investigação adotados. Parte-se de uma abordagem qualitativa, orientada pela escuta sensível e pela valorização das experiências e narrativas dos sujeitos, articulando levantamento documental, análise de dados secundários e trabalho de campo. Essa escolha metodológica permite situar o discurso no território vivido e compreender, de forma contextualizada, os processos de construção identitárias e de representação social que atravessam o Marajó.

Figura 1- Desenho Metodológico



Fonte: Elaboração da autora.

-Natureza da pesquisa

Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa têm como objetivo central investigar como a imagem do Arquipélago do Marajó é construída e difundida por grandes veículos de comunicação online, em contraposição à forma como os próprios moradores percebem sua identidade e se reconhecem, ou não, nas representações midiáticas. Parte-se do pressuposto de que narrativa jornalístico se constitui como prática social e ideológica, capaz de produzir sentidos que moldam subjetividades e influenciam políticas públicas. Por essa razão, optou-se por uma abordagem qualitativa e interpretativa, fundamentada na investigação crítica e na escuta sensível dos sujeitos locais, por meio de uma escuta etnográfica, reconhecendo a complexidade e a multifacetada natureza das realidades sociais.

Nesse contexto metodológico, esta pesquisa também se ancora na perspectiva da etnobiografia, conforme proposta por Gonçalves, Marques e Cardoso (2012). A etnobiografia compreende a intersecção entre biografia e etnografia, valorizando a narrativa como espaço de encontro entre pessoas e personagens, em que o sujeito da fala não é mero informante, mas coprodutor da experiência e do conhecimento compartilhado. Tal abordagem recusa a

separação rígida entre discurso e prática, entre o vivido e o narrado, entendendo que a realidade sociocultural se constitui nas próprias histórias que as pessoas contam sobre si e sobre o mundo que habitam.

Assim, a etnobiografia permite reconhecer a dimensão criativa e subjetiva das narrativas dos moradores do Marajó, transformando a entrevista em ato de coautoria e reflexão conjunta. Mais do que descrever trajetórias individuais, busca-se compreender como o sujeito se reconhece, se reinventa e se insere em contextos sociais, culturais e simbólicos específicos — em uma relação dialógica que altera tanto o pesquisador quanto o interlocutor (Gonçalves, 2012). Assim, o relato biográfico torna-se simultaneamente instrumento de investigação e forma de restituição, ainda que no campo acadêmico, da voz e da agência dos sujeitos pesquisados, reforçando o compromisso ético e político desta pesquisa com a escuta e a representação justa das experiências marajoaras, haja vista que essa pesquisa compreende como fundamental a escuta de quem vive o cotidiano do Marajó.

As entrevistas semiestruturadas (Manzini, 1990/1991; Triviños, 1987) têm abordagem aleatória e voluntária, contemplando três participantes residentes por cidade, em áreas centrais e/ou turísticas, respeitando-se o anonimato e o consentimento livre e esclarecido. O roteiro partirá de questões predefinidas, como “Você se sente representado pelas notícias que leu?” e “O que é o Marajó e o que significa ser marajoara?”, mas permitirá que os entrevistados expressem livremente percepções, memórias e análises sobre a identidade marajoara, os estereótipos, o sensacionalismo e a ausência de vozes locais na narrativa midiática.

-Tipo de Pesquisa, recorte temporal e geográfico

A pesquisa assume caráter exploratório (Lakatos & Marconi, 2003), uma vez que busca proporcionar maior familiaridade com o problema, permitindo aprofundar a compreensão de fenômenos pouco estudados sob a perspectiva marajoara. O caráter exploratório se justifica pela carência de estudos que confrontem, simultaneamente, o discurso midiático hegemônico e as narrativas dos moradores do arquipélago, abrindo espaço para a formulação de

interpretações e hipóteses mais consistentes. A investigação organiza-se em duas etapas complementares: a análise documental de conteúdo jornalístico e a realização de entrevistas semiestruturadas em campo.

A primeira etapa contempla o levantamento e análise de dez reportagens veiculadas no portal G1 (Globo.com), selecionadas entre os anos de 2019 e 2024. A escolha do G1 fundamenta-se no seu alcance e relevância como uma das principais fontes de informação online no Brasil, através do globo.com, de acordo com o verificador de tráfego de sites Semrush⁶. Para assegurar diversidade temática, serão escolhidas duas matérias por ano, priorizando os assuntos mais recorrentes. Não serão incluídos conteúdos audiovisuais televisivos, como “trechos” e “vídeos”, por apresentarem um tratamento editorial distinto do texto escrito. A palavra-chave utilizada para a busca será “Ilha do Marajó”.

A segunda etapa corresponde ao trabalho de campo, realizado entre 13 e 24 de janeiro de 2025, nos municípios de Afuá (13 e 14/01), Salvaterra (20 a 22/01) e Soure (22 a 24/01). Esses três municípios foram selecionados por critérios de acessibilidade geográfica, segurança e representatividade sociocultural, considerando-se que o arquipélago do Marajó possui 17 municípios distribuídos em mais de 40.000 km², com deslocamentos fluviais que podem ultrapassar 36 horas de viagem.

A imagem a seguir é mapa ilustrativo do Arquipélago do Marajó, no estado do Pará, destacando a posição geográfica dos municípios de Afuá, Salvaterra e Soure (em vermelho), bem como as principais divisões territoriais, hidrografia e áreas adjacentes, incluindo a Baía do Marajó, o Rio Amazonas e o Rio Tocantins. A imagem também permite identificar a posição exata dos municípios no contexto do Arquipélago do Marajó, bem como dimensionar as distâncias em relação às áreas internas e às demais localidades administrativas da região.

Figura 2 – Localização de Afuá, Salvaterra e Soure no Arquipélago do Marajó

⁶ <https://pt.semrush.com/trending-websites/br/newspapers> Acessado: 05/01/2026.



Fonte: TURISMO DE NATUREZA⁷.

-Lócus da pesquisa

O campo será desenvolvido em uma perspectiva dialógica, em que a escuta se orienta pela empatia, pelo respeito e pelo reconhecimento da experiência dos sujeitos como fonte legítima de conhecimento. A entrevista, assim, transcende a função de mera coleta de dados para se tornar espaço de construção coletiva de sentidos e restituição da palavra aos que frequentemente são silenciados.

A compreensão do contexto socioespacial e cultural das localidades selecionadas é fundamental para a análise proposta nesta pesquisa. Afuá, Salvaterra e Soure, embora inseridas no mesmo arquipélago, apresentam dinâmicas populacionais, econômicas e culturais singulares, que influenciam diretamente a forma como seus habitantes constroem e expressam suas identidades. Cada município guarda particularidades históricas, geográficas e produtivas que se refletem nas relações sociais, nas manifestações culturais e na inserção regional no mercado e na mídia.

Ao apresentar dados demográficos, indicadores socioeconômicos e informações sobre a composição étnico-racial, bem como sobre festividades e

⁷ <https://turismodenatureza.com.br/o-que-fazer-na-ilha-de-marajo-em-soure/>
Acessado:15/01/2026.

atividades econômicas predominantes, busca-se contextualizar as narrativas colhidas em campo e compreender como o território, a cultura e as condições de vida moldam a percepção que a população local tem de si mesma e do modo como é representada nos discursos jornalísticos. Tal caracterização permite não apenas identificar diferenças e semelhanças entre os três municípios, mas também reforça a importância de situar o discurso no espaço vivido, onde a identidade marajoara é continuamente negociada, afirmada e, por vezes, tensionada pelas representações externas.

Afuá, tem uma população estimada em cerca de 39.567 habitantes, apresenta IDH de 0,592 e renda média domiciliar per capita de R\$ 385. Sua composição étnico-racial é majoritariamente parda (73%) e indígena (14%). O município é conhecido como a “Veneza Marajoara” devido às palafitas e ruas suspensas, tendo na pesca artesanal, na extração e beneficiamento do açaí e na marchetaria de madeira suas principais atividades econômicas. Entre as festividades locais, destacam-se o Festival do Açaí e as festas juninas ribeirinhas.

Salvaterra tem cerca de 22.159 habitantes, possui IDH de 0,645 e renda média per capita de R\$ 540. A maioria da população se declara parda (69%) e branca (22%). Sua economia baseia-se na agricultura familiar, no turismo ecológico e na criação de búfalos, sendo esta última uma marca identitária da região. Entre as festividades, destacam-se o Círio de Nossa Senhora da Conceição e o Festival do Carimbó, que fortalecem a identidade cultural local.

Soure, tem aproximadamente 25.565 habitantes, apresenta IDH de 0,662 e renda média per capita de R\$ 680. Sua população é majoritariamente parda (64%) e branca (28%). Reconhecida como a “capital do Marajó”, Soure é centro turístico e cultural, destacando-se na pecuária bubalina, no artesanato em couro e no turismo gastronômico. Dentre os principais eventos culturais, destacam-se o Círio de Nazaré e o Festival do Búfalo, ambos fortemente ligados à identidade local.

Com o objetivo de melhor visualização/compreensão sobre o contexto socioeconômico dos municípios pesquisados, foram elaboradas tabelas

comparativas a partir de dados do IBGE referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e à renda média domiciliar per capita. Esses indicadores permitem visualizar, de forma sintética, as disparidades e aproximações entre Afuá, Salvaterra e Soure.

Tabela 1- Indicadores Socioeconômicos

Cidade	População	IDH	Renda per capita R\$	% de Pardos	% de Pretos	% de Brancos	% de Indígenas
Afuá	39567	0.592	385	73	10	3	14
Salvaterra	22159	0.645	540	69	7	22	2
Soure	25565	0.662	680	74	6	28	2

Fonte: Elaboração da autora.

Tabela 2- Distribuição Étnico-racial

Cidades	Pardos (%)	Pretos (%)	Brancos (%)	Indígenas (%)
Afuá	73	10	3	14
Salvaterra	69	7	22	2
Soure	64	6	28	2

Fonte: Elaboração da autora.

Tabela 3- Renda Média Domiciliar Per Capita (R\$)

Cidade	Renda média per capita
Afuá	385
Salvaterra	540
Soure	680

Fonte: Elaboração da autora.

Tabela 4- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Cidades	IDH
Afuá	0,592
Salvaterra	0,645
Soure	0,662

Fonte: Elaboração da autora.

Ao articular o levantamento documental e o trabalho de campo, a pesquisa busca compreender como a narrativa jornalística constrói representações sobre o Marajó e confrontá-las com as narrativas dos próprios moradores. Tal abordagem permite identificar distorções, lacunas e apagamentos, ao mesmo tempo em que abre espaço para a produção de conhecimento situado, que reconhece a legitimidade das vozes locais. Dessa forma, a metodologia adotada constitui-se como um gesto simultaneamente político e epistemológico, na medida em que afirma a centralidade da identidade marajoara e tensiona as representações hegemônicas que, historicamente, a reduzem a estereótipos, exotizações e leituras simplificadoras do território e de seus sujeitos.

Relato de etnográfico

Desde que eu e minha orientadora decidimos investigar as narrativas midiáticas sobre o Marajó, compreendi que seria imprescindível ir a campo e ouvir as vozes marajoaras sobre si mesmas. Não fazia sentido escrever sobre o território apenas a partir de análises de notícias — era necessário ver, sentir e escutar o Marajó em presença. Essa disposição corporal e afetiva diante do campo constitui, como afirmam Gonçalves, Cardoso e Marques (2012, p. 15), o gesto etnobiográfico de “colocar-se diante do outro, permitindo que o encontro produza novas formas de subjetivação”.

O desejo de ir ao campo veio acompanhado de desafios concretos: eu não possuía bolsa ou qualquer tipo de financiamento para a pesquisa, e os custos de uma viagem de Uberlândia (MG) ao Pará eram altos. Ainda assim, a vontade de realizar a imersão era maior que o medo. Conversei com quatro amigos paraenses, três deles com experiências de trabalho em municípios do arquipélago, e recebi conselhos valiosos. Todos me alertaram sobre a importância de planejar cuidadosamente o roteiro e o modo de circulação, considerando que eu viajaria sozinha, trataria de um tema sensível e, além disso, sou mulher. Essa preparação não foi apenas logística, mas também simbólica: compreendi que o campo se iniciava antes da partida, na forma

como meu corpo se dispunha ao encontro (GONÇALVES; CARDOSO; MARQUES, 2012, p. 27).

Atenta a essas orientações, levei em conta as questões geográficas, de acesso e de segurança, e decidi abarcar as duas regiões do Marajó — ocidental e oriental. Assim, escolhi Soure e Salvaterra, por estarem próximas de Belém e contarem com amigos que poderiam me oferecer suporte, e Afuá, cidade que eu já conhecia de uma visita anterior, em abril de 2024. Embora Afuá seja distante de Belém, é próxima de Macapá (AP), cidade onde também tenho conhecidos. Essa escolha me permitiria evitar deslocamentos longos de barco, que entre alguns municípios podem ultrapassar 36 horas de viagem. Pouco antes de partir, tive uma grata surpresa: minha prima e amiga Vitória decidiu me acompanhar em parte do percurso, o que me trouxe tranquilidade e segurança. Ela esteve comigo em Soure e Salvaterra; em Afuá, estive sozinha, mas recebi apoio de um conhecido local, cuja ajuda foi essencial.

O trabalho de campo foi realizado entre 13 e 24 de janeiro de 2025, nos municípios de Afuá (13 e 14/01), Salvaterra e Soure (20 a 24/01).

Afuá

Parti de Belém no dia 11 de janeiro em um voo de 45 minutos até Macapá, de onde segui, no dia 13, para Afuá, em uma lancha rápida que navegou por cerca de duas horas. Foi a primeira vez que viajei sozinha pelos rios amazônicos, e confesso: o medo me acompanhou. A maré estava forte, o barco balançava e a água invadia a embarcação. As pessoas comentavam apreensivas sobre as mercadorias que poderiam se perder. Eu, encolhida com o frio do ar-condicionado, só conseguia lembrar das inúmeras notícias de acidentes fluviais que havia lido durante a pesquisa. Esse estranhamento inicial — o corpo lançado à experiência — marca o que Gonçalves (2012, p. 33) chama de “presença sensível”, momento em que o pesquisador deixa de observar à distância e passa a partilhar o mesmo tempo e o mesmo espaço do outro.

Cheguei bem a Afuá, onde o primo de um amigo me aguardava no porto. Fiquei hospedada na casa da avó dele, sozinha, pois ela estava em Belém, e permaneci ali até o fim da tarde do dia 14. Naquela noite, com meu caderno e iPad em mãos, saí pelo centro da cidade. Sentei-me em um bar simples de frente para a praça, onde famílias conversavam e crianças pedalavam. Fiquei observando por um tempo, esperando que as pessoas se acostumassem com a presença “de alguém de fora”. Quando senti que era o momento, levantei-me e me apresentei a um grupo, explicando o motivo da minha visita. Para minha surpresa, a receptividade foi imediata. Uma das mulheres se dispôs a conversar e me indicou outra pessoa que, segundo ela, “adoraria colaborar com a universidade”.

Essa primeira abordagem me ensinou algo essencial: o campo é imprevisível, mas generoso. A primeira entrevista aconteceu ali mesmo, no improviso. No dia seguinte, realizei mais duas, ambas ao ar livre, com vista para o rio. A segunda, em especial, me emocionou profundamente; foi quando senti que a pesquisa realmente começava. O que antes era apenas tema tornou-se experiência compartilhada. A etnobiografia, como lembram Gonçalves e Cardoso (2012, p. 41), “não é a narrativa do outro, mas a narrativa do encontro com o outro”.

Afuá é encantadora. Conhecida como a “Veneza Marajoara”, é uma cidade suspensa sobre palafitas, onde não circulam veículos a motor. O deslocamento é feito de bicicleta ou “bicitáxi”, alguns equipados com caixas de som. A cidade é organizada, colorida, com praças bem cuidadas. Em meio a essa atmosfera tranquila e comunitária, compreendi o quanto o cotidiano marajoara é diferente das imagens de miséria e violência veiculadas na mídia.

Salvaterra e Soure

De Macapá, retornei a Belém e, no dia 20, segui com Vitória para Salvaterra, em uma travessia de duas horas e meia de lancha rápida. O porto era caótico, com moto-táxis, caminhões, vendedores e poeira. Ainda assim, havia uma energia vibrante, de movimento e calor humano.

Nos hospedamos em uma pousada simples no centro da cidade, cercada por cajueiros e barcos decorados com plantas. Logo após a chegada, conheci as primeiras pessoas dispostas a colaborar. Uma delas, de idade avançada, recusou a gravação no início, dizendo que antes queria apenas me contar um pouco de sua história. À medida que narrava suas memórias, percebi que estava justamente falando sobre os temas que eu pretendia abordar na entrevista. Expliquei isso com delicadeza e pedi autorização para gravar o restante da conversa. Ele consentiu. Embora eu não tenha o registro completo de tudo o que falamos, guardo vivamente em mim cada detalhe daquele encontro. Senti que estava diante de um pedaço vivo da história de Salvaterra, alguém que trazia no corpo e na memória o testemunho de uma vida entrelaçada à ilha.

No dia seguinte, visitei Joanes e suas ruínas jesuíticas. No caminho conheci minha segunda entrevistada, em uma cena que jamais esquecerei: sentadas no chão, à sombra, com uma criança brincando com coquinhos secos ao nosso redor. Falamos sobre o significado do Marajó e, entre lágrimas, reconhecemos o poder da vida marajoara. A emoção, aqui, não é um dado marginal, mas parte constitutiva do conhecimento — “é o modo como a experiência se escreve no corpo do pesquisador e do interlocutor” (GONÇALVES; CARDOSO; MARQUES, 2012, p. 39).

No dia 22, atravessei o rio em direção à Soure. A aproximação com os moradores foi um pouco mais difícil, e decidi abordar pessoas em estabelecimentos comerciais. A primeira entrevista foi com um vendedor em uma barraca de praia; ele me pediu para contar “a história da cidade”, e o diálogo se transformou em uma troca sobre geografia, fé e pertencimento. A segunda, em um ateliê de cerâmica, foi arrebatadora: a relação entre ancestralidade, natureza e arte me tocou profundamente. A última entrevista foi feita na varanda de uma casa à beira-mar, onde duas pessoas, sentadas em cadeiras de balanço, me acolheram com uma generosidade comovente.

Retornei a Salvaterra no mesmo dia e, em 23 de janeiro, realizei a última entrevista. Essa conversa trouxe uma perspectiva crítica sobre a comunicação e a política no Pará, revelando a conexão entre poder local e visibilidade

mediática. A pessoa entrevistada me levou a uma trilha pelos mangues, onde observei o ciclo reprodutivo dos caranguejos, a biodiversidade exuberante e as crenças locais nas encantarias e nos povos do fundo do rio. Foi nesse momento que compreendi o quanto a cosmologia marajoara também é uma forma de resistência simbólica — uma narrativa viva de existência, tal como descreve Gonçalves (2012, p. 44), quando afirma que “as histórias de vida não são representações do real, mas atos poéticos que o refazem”.

Saí de Salvaterra com a mente cheia de inquietações e o coração profundamente tocado. As falas, os gestos, os cheiros e as cores do campo continuam reverberando em mim. O Marajó que encontrei é muito mais que um território estigmatizado: é um espaço de fé, solidariedade, orgulho e ancestralidade. Com o povo marajoara aprendi que cada narrativa é um gesto de partilha e que toda escuta verdadeira exige silêncio e presença. O campo se transformou em mais que um método: tornou-se reconhecimento mútuo. Entendi que o Marajó, mais do que cenário, é espelho — reflete as feridas do Brasil colonial, mas também a força dos que insistem em existir com dignidade e beleza.

Formação e Fragmentação identitárias sob o Legado Colonial

Para refletir de forma aprofundada sobre os sujeitos brasileiros, as múltiplas brasilidades e os embates históricos que permeiam as relações entre brancos, negros e indígenas, torna-se imprescindível revisitar as condições históricas, políticas e econômicas que possibilitaram e sustentaram a invasão da África, a colonização das Américas e a consequente exploração sistemática de seus territórios e povos. Esse processo, marcado por violência, expropriação e subjugação, estruturou-se tanto pela apropriação dos recursos naturais quanto pelo uso massivo do capital humano africano e indígena em regimes de trabalho compulsório, especialmente o escravismo. Ao mesmo tempo, instaurou hierarquias raciais e culturais que moldaram, de forma duradoura, as relações sociais e as representações identitárias no Brasil, legando marcas profundas que ainda hoje se manifestam nas dinâmicas de poder e nas desigualdades estruturais.

A formação histórica do Brasil está profundamente marcada pelo processo de colonização, que impôs padrões culturais, políticos e econômicos orientados pelos interesses dos colonizadores europeus, produzindo hierarquias sociais e simbólicas que moldaram de forma duradoura as relações entre os diferentes grupos que passaram a compor o território. Darcy Ribeiro (2006) descreve esse cenário como a constituição de múltiplas realidades culturais coexistentes, articuladas de maneira forçada ao longo dos séculos, contexto que o autor denomina “ilhas-Brasil”. De acordo com Darcy Ribeiro,

O Brasil foi regido primeiro como uma feitoria escravista, exoticamente tropical, habitada por índios nativos e negros importados. Depois, como um consulado, em que o povo sublusitano, mestiçados de sangue afro e índios, viva o destino de um proletariado externo dentro de uma possessão estrangeira. Os interesses e as aspirações de seu povo jamais foram levados em conta, porque só se tinha atenção e zelo no atendimento dos requisitos de prosperidade da feitoria exploradora. (2006, p.404)

Essa convivência resultou em uma estrutura híbrida e subalterna, com uma economia voltada para exportação e dependente de tecnologias importadas. A escravidão e a condição colonial por cerca de quatro séculos consolidaram uma posição cultural inferiorizada, guiada pelos modelos e valores europeus.

O que se estimulava era o aliciamento de mais índios trazidos dos matos ou a importação de mais negros da África, para aumentar a força de trabalho, que era a fonte de produção dos lucros da metrópole. Nunca houve aqui um conceito de povo, englobando todos os trabalhadores e atribuindo-lhes direitos. Nem mesmo o direito elementar de trabalhar para nutrir-se, vestir-se e morar. (Ribeiro, 2006, p.404)

Diante disso, a complexidade das relações raciais e sociais no Brasil se torna um campo fértil para a análise de como essas identidades foram moldadas e continuam a ser disputadas.

Faz-se mister dizer, que esse trabalho não pretende encontrar uma definição da identidade do povo brasileiro, ao contrário disso, pretende compreender os entraves de construção da nossa identidade e sobretudo como se estabelecem nossas representatividades e/ou identificações diante da mídia contemporânea.

A contribuição de Fanon, ao evidenciar a dimensão psicológica da opressão colonial, oferece uma lente crucial para compreender as experiências

dos sujeitos na América. Para ele além das questões econômicas, históricas e sociais do conflito entre brancos e negros, existe uma dimensão psicológica que é tecida pela lógica colonial. Em seu livro intitulado “Pele negra, máscara branca”, Fanon (2008) afirma que

o preto, escravo de sua inferioridade, o branco, escravo de sua superioridade, ambos se comportam segundo uma linha de orientação neurótica. Assim, fomos levados a considerar a alienação deles conforme descrições psicanalíticas. O preto, no seu comportamento, assemelha-se a um tipo neurótico obsessivo, ou, em outras palavras, ele se coloca em plena neurose situacional. Há no homem de cor uma tentativa de fugir à sua individualidade, de aniquilar seu estar-aqui. Todas as vezes que um homem de cor protesta, há alienação. Todas as vezes que um homem de cor reprova, há alienação... o preto inferiorizado passa da insegurança humilhante à auto-acusação levada até o desespero. Frequentemente a atitude do negro diante do branco, ou diante de um seu semelhante, reproduz quase que integralmente uma constelação delirante que toca o domínio do patológico.” (p.66)

O processo pelo qual essa neurose se constrói está intrinsecamente ligado à forma como a colonização institui novas regras de convivência, impondo um tecido social remodelado segundo os interesses do colonizador. Nesse novo arranjo, emergem determinantes inéditos de relacionamento e sociabilidade, assim como sistemas de representação social e de classificação que fixam hierarquias rígidas e definem os papéis sociais a serem desempenhados dentro da estrutura colonial. Trata-se de um mecanismo que opera simultaneamente no plano material e simbólico, criando um estado de alienação e mistificação que reorganiza a percepção de si e do outro. Nesse contexto, o negro encontra-se aprisionado em uma condição de inferioridade internalizada, perpetuada por discursos e práticas que o associam à subalternidade e à negação de sua própria historicidade. Por outro lado, o branco é envolto por uma noção ilusória de superioridade, sustentada por privilégios simbólicos e materiais que reafirmam sua posição de domínio. Essa dualidade, ao mesmo tempo antagônica e interdependente, constitui um dos alicerces mais persistentes das relações raciais forjadas pela lógica colonial.

Deparamo-nos com um paradoxo dentro da perspectiva dos negros sobre si mesmos, na medida em que o negro deseja o desenvolvimento e o mesmo tem como referência o branco. Fanon afirma que “para o negro, há apenas um destino. E ele é branco.” Ao se apropriar dos valores, da cultura e das ideias dos brancos, mais se afastam de suas raízes, tradições e

ancestralidade. Ao visualizar o branco, dentro de uma situação colonial, o negro cria uma espécie de fascínio, um temor e um desejo de aproximação que o afasta de sua origem, sobretudo de sua língua.

Todo povo colonizado- isto é, todo povo em cujo seio se originou um complexo de inferioridade, em decorrência do sepultamento da originalidade local- se vê confrontado com a linguagem da nação civilizadora, quer dizer, da cultura metropolitana. O colonizado tanto mais se evadirá da própria selva, quanto mais adotar os valores culturais da metrópole. Tão mais branco será quanto mais rejeitar sua escuridão, sua selva. (p.32)

Como linguagem, o autor entende um arcabouço amplo que inclui comportamentos, gestos, vocabulário, etc. No entanto, seu foco, pensando na situação colonial, é em como os negros antilhanos buscam se apropriar do vocabulário e das expressões do idioma do colonizador. A partir da compreensão desse idioma, eles constroem para si a ideia de alpinismo social. Ou seja, o idioma se torna um meio de ascensão dentro de uma hierarquia que estabeleceu o indivíduo branco como superior. Assim, uma vez que o negro se apropria da língua do branco, ele estaria galgando uma posição nessa hierarquia.

Podemos compreender que, na perspectiva fanoniana, o significante de raça é elaborado dentro de uma patologia da identidade que serve para controlar corpos. Nessa perspectiva, a autoficção ou autocontemplação da identidade europeia, construída historicamente a partir da centralidade de si e da negação do outro, conferiu ao significado de “negro” um caráter hiperidentificatório, isto é, uma marca identitária excessivamente carregada de sentidos negativos e estereotipados, funcional à manutenção das hierarquias coloniais. No contexto brasileiro, observa-se um fenômeno análogo no tratamento dispensado ao “indígena”, igualmente definido a partir do olhar e dos parâmetros do branco. Em ambos os casos, opera-se uma lógica de contraposição representacional: de um lado, o branco é projetado como símbolo de harmonia, civilidade, progresso e modernidade; de outro, o negro e o indígena são associados ao caos, à selvageria e à barbárie. Essa dicotomia não é apenas um reflexo das ideologias coloniais, mas um dispositivo ativo de poder que orienta práticas sociais, políticas e discursivas, legitimando a

marginalização e a exclusão desses grupos enquanto reforça a centralidade e a supremacia simbólica e material da branquitude.

Como observam Battestin, Bonatti e Quinto (2019), o “projeto de colonização relegou o ocultamento histórico e seletivo daqueles conhecimentos e saberes que se destacavam a partir das tradições, oralidades e cosmologias presentes nas comunidades originárias” (p. 14). Ao impor padrões culturais, políticos e econômicos de matriz europeia, a colonização suprimiu identidades originárias e legitimou o monoculturalismo do colonizador como modelo universal de sociedade (QUIJANO, 1992).

Podemos entender, então, que o branco europeu se autoprojetava como detentor da racionalidade universal, enquanto para os negros e indígenas sobrava à condição naturalizada de inferioridade (QUIJANO, 2014). Trata-se, portanto, de um processo que desumanizou e instituiu sistemas de classificação social racializados que moldam, até hoje, as relações de poder.

A dimensão dessa violência não se limitou à expropriação territorial e à exploração da força de trabalho, atingiu também os elementos materiais e imateriais das culturas originárias. Como ressalta Tapia (2016), o Estado colonial “resgatava” apenas aspectos folclóricos e esteticamente agradáveis das culturas indígenas, ao mesmo tempo em que negava o reconhecimento de suas identidades étnicas como processos individuais e coletivos legítimos (BATTESIN; BONATTI; QUINTO, 2019, p. 16). Assim, artefatos, vestimentas e símbolos foram deslocados para museus europeus, distanciados de seu contexto original, esvaziando-se de significado e servindo como troféus do poder colonial.

Essa espoliação cultural, somada à catequização e à imposição da língua portuguesa, resultou na degradação de sistemas linguísticos inteiros, marcando profundamente a memória e a identidade desses povos. Como lembra Monastério (2016), a imposição de sobrenomes ibéricos ocultou a ancestralidade indígena e africana, reconfigurando as formas de pertencimento e apagando registros simbólicos fundamentais. A perda linguística, por sua vez, foi agravada por políticas nacionalistas, como a Campanha de Nacionalização

de Getúlio Vargas, que proibiu o uso de idiomas originários e reforçou o projeto assimilacionista (SANTOS, 2010).

Dessa forma, a “hiperidentificação” negativa do negro e do indígena, já discutida anteriormente, não pode ser dissociada dessa longa trajetória de violência simbólica e material. A colonialidade não apenas construiu estereótipos, mas também instituiu um regime de verdade no qual a alteridade é permanentemente submetida à validação, domesticação ou supressão pelo olhar hegemônico.

No entanto, faz-se necessário dizer que os estudos sobre a branquitude em relação a população indígena, no Brasil, é irrisória. De acordo com Nunéz “houve um grande apagamento das especificidades indígenas na discussão sobre racismo no Brasil, tendo os artigos em sua maioria cartunizados à reflexão sobre o racismo anti-negros/as” (2023, p.4). Ao longo da história, as comunidades indígenas frequentemente se tornaram foco de pesquisa em campos como a etnologia e, de forma mais ampla, a antropologia. Assim, enquanto ganharam intensa visibilidade em discussões sobre etnia, foram paradoxalmente marginalizadas no debate racial, conforme aponta Núñez (2022).

Segundo Geni Nunéz, no Brasil, ocorre um etnocídio indígena orquestrado a partir da colonização e ainda em curso, o qual não almeja apenas a morte dos corpos indígenas, mas a morte da cultura, da crença e das formas de vida destes.

A perseguição contra nossas línguas, costumes e modos de vida tem sido, em grande parte, orientada pelo racismo religioso, que desde o princípio da colonização vem inspirando e sendo inspirado pelo projeto de conversão e catequização colonizadora. A ideia de Brasil vem justamente do objetivo de tornar esse território um local cuja língua oficial é a língua portuguesa; cuja religião oficial é o cristianismo; cujo modo de ser da população deve ser direcionado ao trabalho expropriado pelo capitalismo, ou seja, um grande sistema de monoculturas (da terra, da fé, da sexualidade, dos afetos). (NUNÉZ, 2023, p.5)

Dessa maneira, as identidades do povo negro e indígena, no Brasil são construídas/produzidas em uma lógica de sustentação psicossocial da exploração capitalista. Ou seja, a dicotomia entre o eu do negro e do indígena frente o eu branco, gerou uma identidade fraturada, capaz de afastar o

indivíduo da sua origem quanto mais ele assimila a mistificação da identidade do branco.

A colonização na Amazônia paraense: o caso marajoara

No que tange a colonização no Brasil, Darcy Ribeiro (2006) menciona que as cidades litorâneas, como Rio de Janeiro e Belém, tinham atividades econômicas importantíssimas, como cobrança de impostos, comércio de escravos e exportação de produtos extrativistas. A influência europeia nesses centros urbanos refletiu-se em sua arquitetura, com construções imponentes destinadas à elite econômica e política, enquanto a maior parte da população, composta por mestiços, brancos pobres e escravizados, vivia marginalizada.

Em Belém, a chamada *belle époque* intensificou o enriquecimento da burguesia durante o ciclo da borracha, promovendo a importação de valores e produtos europeus. A Floresta Amazônica servia como o principal local para a extração, coleta e transformação do látex em bolas de borracha. Por sua vez, Belém, devido à sua localização geográfica estratégica em relação ao interior da Amazônia e ao mercado global, atuou como o centro vital de suporte à produção e escoamento da borracha. A cidade abrigava as casas aviadoras, que financiavam a extração, e as instalações portuárias de onde o produto era enviado para países como Estados Unidos, França e Inglaterra (Penteado, 1968).

De acordo com Tourinho, Barros e Corrêa (2017) em 1867, em resposta a pressões internacionais, os rios Amazonas, Tocantins, Tapajós e Madeira foram abertos à navegação universal a vapor. Essa mudança, ao reduzir distâncias e acelerar a circulação de pessoas, mercadorias, capital e ideias, somada à renda gerada pela crescente demanda por borracha, impulsionou o fortalecimento dos laços entre Belém e cidades europeias. Essa conexão se manifestou na troca de produtos naturais da região por produtos industrializados de outros países.

A economia da borracha provocou mudanças significativas na estrutura social de Belém. Além da elite de seringalistas, comerciantes e banqueiros, surgiu uma classe influente de políticos, burocratas e profissionais liberais, que

geralmente vinham de famílias abastadas e tinham formação europeia. No outro polo social, encontravam-se os trabalhadores urbanos, como operários da construção civil, alfaiates, sapateiros, marceneiros, relojoeiros e comerciários em geral, que formavam a camada mais pobre da população. Além disso, parte dos imigrantes que chegavam atraídos pelas oportunidades de trabalho nos seringais da floresta acabava por permanecer na cidade, criando uma grande parcela de desempregados e subempregados urbanos (Sarges, 2002).

Tourinho, Barros e Corrêa (2017) afirmam que a segregação se materializava no espaço urbano. Enquanto a elite desfrutava de uma infraestrutura privilegiada, com acesso facilitado a teatros, praças e museus que espelhavam os ideais europeus da *belle époque*, as camadas populares eram relegadas às periferias, marcadas pela precariedade e pela ausência de investimentos públicos significativos. Essa divisão não era apenas física; ela era reforçada por uma intrincada teia de valores e discursos. Nesse sentido, Vicente Salles (1980) observa que a mídia local do Grão Pará desempenhava um papel central nesse processo, atuando não apenas como mera registradora dos acontecimentos, mas como agente legitimador dos interesses da burguesia, ao selecionar, enquadrar e difundir narrativas que reforçavam a ordem social vigente.

Assim como em Belém e no restante da Amazônia, a ocupação do Marajó tem diversas faces. Segundo Gonçalves et al. (s.d.) (2016) as primeiras incursões europeias na região datam do final do século XV, mas a ocupação só se intensificou a partir do século XVII. Nesse período, o território virou palco de intensas disputas entre nações europeias, principalmente Portugal e Holanda. A Ilha de Joanes, hoje conhecida como Ilha do Marajó, ocupa uma posição geográfica estratégica e privilegiada em relação aos interesses e conflitos da época colonial. Antônio Vieira em uma das suas cartas a Dom João IV destacou que:

Na grande boca do rio das Amazonas está atravessada huma ilha de mayor comprimento e largueza que todo o Reyno de Portugal, e habitada de muitas naçoens de índios, que por serem de línguas differentes, e difficultosas, são chamados geralmente Nheengaibas (Vieira, 1735, p. 22).

De acordo com Gonçalves et al. (s.d.) (2016) conflito entre Portugal e Holanda (1630-1654) na em Joanes é um exemplo dos interesses geopolíticos que envolviam nações pré-coloniais como peças-chave nas disputas. Esse conflito estava diretamente ligado à rivalidade entre os indígenas nheengaíbas, que eram aliados dos holandeses — impulsionados principalmente pelo intenso comércio de peixe-boi, já que seus domínios territoriais se estendiam pela porção setentrional da ilha — e os tupinambás, da costa meridional, que se alinhavam aos portugueses.

O Padre Antônio Vieira era um forte opositor à guerra, pois a considerava impossível de ser vencida pelos portugueses devido às inúmeras dificuldades. Nesse sentido, Salles salienta que

Rebeldes eram os indígenas do Marajó que trucidaram o ilustre padre Luís Figueira. O episódio de Antônio Vieira na ilha, conta como o artifício e superior domínio das armadilhas, auxiliou bastante o trabalho de dominação indígena. (1980, p. 25.)

Um fator determinante para os sucessivos fracassos foi o desconhecimento do terreno, que possuía uma hidrografia extremamente complexa e era "controlado há tanto tempo pelos defensores em número por ele estimado em até 50 mil índios" (Pereira, 2007, p. 196).

Ao final da guerra, Vieira tomou a iniciativa de buscar a paz com os índios da nação nheengaíba. Para isso, enviou dois caciques, também nheengaíbas e já convertidos ao cristianismo, para atuarem como mediadores junto às lideranças de seu povo. A escolha desses representantes não foi casual: por partilharem da mesma origem étnica e já estarem inseridos no universo religioso e cultural dos jesuítas, possuíam maior potencial de estabelecer uma comunicação de confiança entre as partes. Munidos de uma carta assinada por Vieira, eles apresentaram a proposta de um acordo de paz que previa, entre outros pontos, a garantia de proteção aos nheengaíbas conforme a lei de 9 de abril de 1655, a qual abolira os cativeiros e estabelecera novas diretrizes para as relações entre colonizadores e indígenas.

No mesmo ano da promulgação da lei, os padres João Sotto-Maior e Salvador do Valle estiveram na ilha em uma missão evangelizadora (VIEIRA, 1735; SALLES, 1980). Eles deixaram uma imagem do Cristo crucificado com os indígenas. Quatro anos depois, em 1659, Antônio Vieira encontraria essa

mesma imagem no rio Mapuá, local onde seria celebrada a paz com aquela nação indígena. Vieira (1735) relata que o Padre João de Sotto-Maior e o Padre Salvador do Valle, em 1655, percorreram as terras dos nheengaíbas e Sotto-Maior deixou uma imagem de Cristo crucificado com um principal gentio como prova de verdade e paz que ele esperava; no entanto, o "bárbaro não agiu conforme o esperado nem restituiu a sagrada Imagem" (Vieira, 1735, p. 25). Ao descrever a chegada ao rio Mapuá, Vieira (1735) detalha o encontro:

Ao quinto dia da viagem entrarão pelo rio dos Mapuaeses, que he a nação dos Nheengaíbas, que tinha promettido fazer a povoação fora dos matos, em que receber aos Padres. E duas legoas antes do porto sahíraõ os principaes a encontrar as nossas canoas em huma sua grande, e bem esquipada, empavesada de pennas de varias cores, tocando buzinas, e levantando pocêmas, que são vozes de alegria e applauso, com que gritaõ todos juntos a espaços, e he a mayor demonstração de festa entre eles (...). Conhecida à canoa dos Padres, entrarão logo nella os principaes, e a primeira couza que fizeraõ foy presentar ao Padre Antônio Vieyra a Imagem do Santo Christo do Padre Joaõ de Sottomaior, que havia quatro annos tinhaõ em seo poder e de que se tinha publicado que os Gentios o tinhaõ feito em pedaços, e que por ser de metal a tinhaõ applicado a usos profanos; sendo que a tivéraõ sempre guardada, e com, grande decência, e respeitada com tanta veneração e temor, que nem a tocalla, nem ainda a vella se atreviaõ (Vieira, 1735, p. 31-32).

Gonçalves et al. (s.d.) (2016) descreve ainda que a primeira tentativa dos jesuítas de explorar os territórios nheengaíbas, situados no sistema estuarino dos Furos de Breves, é contada por Serafim Leite em História da Companhia de Jesus no Brasil. Ele explica as dificuldades enfrentadas e como a iniciativa acabou entrando em declínio. Segundo Leite (1943), no final de 1655, uma tropa foi formada para tentar estabelecer a paz com os Nheengaíbas, liderada pelo Sargento-mor Agostinho Correa, com a presença dos padres João de Sotto-Maior e Salvador do Vale. Mas, quando chegaram às terras indígenas, eles encontraram que os índios já tinham desaparecido. Leite (1943) descreve o momento do ataque:

E no dia em que os Portugueses estavam desprevenidos, no mais cerrado da escuridão, são assaltados repentinamente pelos Nheengaíba, que desfecham as setas para o barracão de palha onde estavam. Muitos ficaram feridos. E entre os urros dos índios, o inopinado do ataque, e os gemidos dos feridos, que chamavam assistência, Souto-Maior acendeu uma candeia. Gritavam-lhe os portugueses a apagassem, pois seria mais fácil alvo. Mas os agressores em vez disso, ao verem a luz, cuidando ser emboscados dos cabos das tropas, puseram-se em fuga. Tropa ficou ali três meses, até que se tornou insustentável a permanência naquelas paragens. E os cabos militares desenganaram-se que não era pela

paz, mas pelas armas, que se haviam de domar aqueles índios (Leite, 1943, p. 237-238).

As duas tentativas de conquistar a Ilha de Joanes não deram certo. A primeira, liderada pelo donatário de Cametá, Feliciano Coelho, acabou causando muitas perdas para ambos os lados. A segunda, liderada pelo padre João Sotto-Maior, como explica Pereira (2007), abriu espaço para que a resistência indígena levasse a uma compreensão mútua e, por fim, para a integração das ilhas ao Maranhão e ao Grão-Pará. Essa mudança aconteceu durante as pazes de Mapuá, em Breves, entre os dias 22 e 27 de agosto de 1659, quando os nheengaíbas decidiram suspender as hostilidades que duravam há 36 anos, desde a tomada do forte holandês de Mariocai (Pereira, 2007, p. 196-197).

Essas "pazes dos Mapuá" são um episódio importante na história colonial do Brasil e ajudam a entender como o território do Marajó foi formado. A importância estratégica da Ilha de Joanes como porta de entrada do rio Amazonas, além do acordo de paz com os índios nheengaíbas, é destacada por Vieira (1735):

Porque os que consideraõ a felicidade desta empreza, naõ sò com os olhos no Ceo, se naõ também na terra, tem por certo que neste dia se acabou de conquistar o Estado do Maranhão; porque com os Nheengaibas por inimigos, seria o Pará de qualquer nação Estrangeira que se confederasse com elles: e com os Nheengaibas por vassallos, e por amigos, fica o Pará seguro e impenetrável a todo o poder estranho (Vieira, 1735, p. 41).

A partir da História, podemos compreender que, na Amazônia, a chegada dos europeus além da exploração predatória de recursos naturais, deu vazão a processos de violência contra os povos nativos (SALLES, 1980). A busca pela expansão territorial resultou em confrontos com as populações indígenas.

Na Amazônia, desde Caldeira Castelo Branco, pisava o colonizador, despótico e brutal, predador de escravos. Francisco Caldeira de Castelo Branco temeu os "ferozes tupinambazes" - e lhes fez guerra preventiva... (SALLES, 1980, p. 24 a 25.)

Os povos indígenas da Amazônia não estabeleceram um relacionamento de cordialidade com os portugueses que chegavam, como os da frota de Cabral, que propunham a troca de objetos de interesse mútuo. Consequentemente, a narrativa de nossa história é a do transplante da cultura

européia para a Amazônia. Embora subjugado pelo indígena, este participou ativamente nos desdobramentos da ocupação e exploração territorial, resultando na inevitável desestruturação de suas normas culturais.

Com a presença dos jesuítas, estabeleceu-se uma nova organização social, cultural e econômica, baseada na imposição de língua, religião e modos de vida europeus. A catequização, aliada à criação da Língua Geral, moldou o cotidiano indígena, que foi reestruturado para atender aos interesses coloniais (SALLES, 1980).

Representação

Conforme aponta Virilio (2005), a contemporaneidade é marcada por um regime de visibilidade hipermediatizada, no qual a velocidade e a espetacularização das imagens substituem a densidade histórica dos acontecimentos. Nesse cenário, a mídia não apenas relata os fatos, mas os reconstrói segundo filtros ideológicos e interesses comerciais, contribuindo para um “efeito de real” que legitima interpretações parciais e emocionalmente carregadas. Tal processo é evidente na forma como o Marajó vem sendo retratado, especialmente após 2022, quando discursos políticos e religiosos ampliaram a visibilidade do problema da violência sexual infantil na região, sem, no entanto, contextualizá-lo com responsabilidade.

A reportagem “Marajó: O outro lado da ilha”, exibida pela TV Record em 2023, simboliza esse tipo de construção discursiva. Ao se utilizar de expressões como “infância roubada”, “paraíso perdido” e “lei do silêncio”, o jornalista Roberto Cabrini atualiza uma visão colonial sobre o território amazônico, apresentada como espaço de miséria, brutalidade e atraso. Como mostram Oliveira e Lima (2024), o enquadramento narrativo e visual da matéria transforma o arquipélago em uma alegoria de desespero, apagando suas tradições, resistências e complexidades. Trata-se de um exercício de “refração midiática” (CHARAUDEAU, 2006), que amplifica aspectos negativos e silencia vozes locais, servindo mais à comoção do que à informação.

Essa lógica da comoção se insere nos critérios de noticiabilidade descritos por Traquina (2005) e criticados por Wolf (1987): quanto mais

impactante, emocional ou “fora da curva” for o acontecimento, maior sua chance de se tornar notícia. Contudo, essa seletividade, quando aplicada a contextos de vulnerabilidade extrema, como o Marajó, tende a reforçar estereótipos. Em vez de expor as raízes históricas e socioeconômicas da violência, como a ausência de políticas públicas, a precariedade dos serviços de saúde e educação, o racismo institucional e o abandono estatal, a mídia prefere retratar os marajoaras como sujeitos passivos, desestruturados e culturalmente coniventes com a exploração sexual infantil.

Esse tipo de construção simbólica gera consequências graves. Ao apresentar a violência sexual como um traço do cotidiano do Marajó, naturaliza-se o sofrimento e retira-se da população local a condição de vítima de um sistema opressor. O discurso midiático, nesse caso, deixa de ser uma ferramenta de denúncia e passa a operar como instrumento de opressão simbólica, ao culpabilizar os próprios marajoaras por uma realidade que é, antes de tudo, resultado de processos multifacetados de exclusão histórica. Como alerta Fanon (2008), o colonizado internaliza os valores e a linguagem do colonizador, criando um sistema de alienação em que o “eu indígena” ou “negro” é desvalorizado frente ao ideal branco de civilidade e progresso. Esse processo, ao ser reatualizado pela mídia, mantém vivas as estruturas de dominação simbólica.

Além disso, o apagamento de aspectos culturais, ambientais e históricos da região contribui para a homogeneização da imagem do Marajó, reduzido a território de miséria e violência. As práticas tradicionais, os saberes populares, os modos de vida ribeirinhos, as manifestações culturais locais, todos são ignorados em favor de um retrato que reforça o imaginário do “exótico problemático”, tão criticado por Gondim (1994) ao tratar da invenção da Amazônia pelo olhar europeu. A linguagem empregada pelos jornalistas, bem como o enquadramento visual das reportagens, colabora para essa caricaturização, que compromete o direito à informação e fere a dignidade dos retratados.

Nesse sentido, é urgente repensar os modos de produção e veiculação de conteúdos jornalísticos sobre o Norte do Brasil. A cobertura da violência sexual infantil no Marajó, como mostram os dados do Ministério Público do

Pará (2024), não deve ignorar a gravidade dos crimes, mas precisa inseri-los em um contexto mais amplo, que inclua a crítica à omissão do Estado, às desigualdades regionais, à exploração predatória e criminosa da região, à desvalorização dos povos originários e à ausência de investimento em políticas de proteção.

A cultura do entretenimento, centrada na lógica das imagens e dos espetáculos, atua como um poderoso filtro para a compreensão das relações sociais e para a própria construção da realidade. Como aponta Debord (1997), vivemos em uma “sociedade do espetáculo”, na qual as mediações simbólicas não apenas representam o mundo, mas o moldam de acordo com interesses hegemônicos. Nessa dinâmica, segundo Charaudeau (2006), a informação tende a ser subordinada à lógica da performance e do impacto visual, privilegiando aquilo que “faz sentir” em detrimento do que “faz saber”, reforçando o consumo rápido de conteúdos e a superficialidade na apreensão dos fatos.

No contexto amazônico, mais especificamente, no Marajó, essa lógica adquire contornos ainda mais problemáticos. As imagens de precariedade, violência e exotização ganham centralidade nas narrativas midiáticas, eclipsando a complexidade cultural e histórica da região. A espetacularização de tragédias ou a exotificação de manifestações culturais deslocadas de seu contexto original reforçam estereótipos coloniais e condicionam o olhar externo, que passa a perceber a Amazônia não como território vivo e plural, mas como cenário de consumo imagético.

Além disso, a primazia do espetáculo favorece a despolitização dos temas tratados. Questões estruturais, como desigualdade social, acesso a direitos e impactos ambientais, perdem espaço para narrativas episódicas e sensacionalistas, nas quais a imagem impactante vale mais do que a análise crítica. Assim, forma-se um círculo vicioso: a demanda por entretenimento alimenta um jornalismo que privilegia o inusitado e o dramático, o que, por sua vez, consolida visões distorcidas e reduzidas sobre a realidade local.

A cobertura jornalística da violência sexual infantil no arquipélago do Marajó revela uma dimensão preocupante da atuação da mídia brasileira. Longe de promover o esclarecimento ou fomentar o debate público qualificado, os grandes veículos de comunicação têm contribuído para a construção de

uma imagem distorcida e estigmatizante da região e de seus habitantes. Essa representação não apenas silencia as causas estruturais da violência, como ainda transforma o sofrimento em espetáculo, reforçando preconceitos.

Romper com essa lógica implica reorientar o papel da mídia, reconhecendo que o poder de construir imagens é também o poder de construir realidades. Isso significa adotar práticas editoriais que priorizem a contextualização histórica, a escuta qualificada das comunidades e a valorização de pautas que transcendam o imediatismo da notícia-espetáculo, abrindo espaço para narrativas plurais e socialmente transformadoras.

Entre a narrativa midiática e o campo marajoara.

Faz-se necessário evidenciar que as pessoas entrevistadas estão referidas apenas por sua cidade e ordem numérica de entrevista (ex.: Sujeito 2 *Soure*, Sujeito 2 *Afuá*, Sujeito 1 *Salvaterra*), preservando a diretriz ética estabelecida para esse trabalho, onde os entrevistados devem permanecer anônimos.

A análise conjunta das entrevistas realizadas em Afuá, Soure e Salvaterra com o quadro de notícias veiculadas entre 2019 e 2024 pelo portal G1 permite compreender de forma mais precisa como a mídia nacional constrói o imaginário sobre o Marajó e como os moradores do arquipélago se reconhecem/sentem-se representados, ou não, nessas narrativas.

As matérias veiculadas pelo portal G1 entre 2019 e 2024 demonstram um padrão recorrente de representação do arquipélago do Marajó, estruturado a partir da lógica da exceção e do espetáculo. A presença do território na mídia nacional se dá quase sempre em situações-limite, como tragédias, operações policiais, denúncias de exploração sexual ou episódios de exotização turística, que reiteram uma identidade marcada pela vulnerabilidade e pela ausência do Estado. O campo etnográfico, por sua vez, revelou vozes locais que se insurgem contra esse enquadramento, produzindo contraimagens, entendidas aqui como narrativas que deslocam, reconfiguram e desafiam as representações estigmatizadas difundidas pela mídia, e afirmando sentidos de pertencimento ancorados na experiência cotidiana, na memória e nas práticas

culturais do território. Nesse diálogo entre a mídia e o campo, torna-se possível observar como o olhar jornalístico atua como um dispositivo de definição do que é considerado “real” e “noticiável”, ao passo que a escuta etnobiográfica restitui à experiência marajoara sua densidade humana, histórica e simbólica.

No eixo dos acidentes fluviais, recorrentes em 2019–2021 (G1, 2019; G1, 2020; G1, 2021), as entrevistas⁸ desmontam a ideia de “fatalidade” e devolvem contexto: precariedade regulatória, ausência de alternativas de transporte, heterogeneidade entre grandes embarcações e rabetas. Em Afuá, por exemplo, a percepção local distingue o que vira manchete do que de fato mata:

“Os acidentes de embarcação [que mais acontecem] são com motores rabetas, não com embarcações grandes. As grandes repercutem mais porque envolvem muita gente. Mas os acidentes com rabetas são muito comuns. Um primo meu morreu disso” (Sujeito 2 Afuá, informação verbal, 14 de janeiro de 2025).

Em Soure, a crítica recai sobre a fiscalização de passageiros e embarcações

“No terminal hidroviário de Belém, você entrega uma cédula de 100 reais e ganha um bilhete sem pedirem identidade ou documentação. [...] Na hora de um naufrágio [...] não sabem nem quem estava na embarcação. [...] Essa lancha que afundou não tinha porte pra vir pro Marajó” (Sujeito 1 Soure, informação verbal, 22 de janeiro de 2025).

Em Salvaterra, a leitura de quem acompanhou o grande naufrágio do ciclo é frontalmente crítica ao enquadramento midiático de “imprudência pontual”

“Primeira coisa: não foi um acidente em maio daquele ano [houveram outros]. [...] A população daqui havia chamado o governo do estado e as empresas de transporte [...] pedindo atenção. [...] Quem acompanhou daqui sabe: só embarcaram naquela lancha porque a regular não estava disponível. [...] Sabendo que não podia parar aqui, o dono da lancha não quis pedir socorro [por medo das consequências]. Isso foi omissão de socorro, e ninguém comenta” (Sujeito 3 Salvaterra, informação verbal, 23 de janeiro de 2025).

A convergência desses relatos mostra que, onde a notícia isola o episódio, o morador reconecta cadeias de responsabilidade (Estado, empresas,

⁸ Todas as entrevistas foram concedidas a mim, Gabriela Araújo de Sousa, de 13 a 24 de janeiro, com data especificada no registro etnobiográfico.

fiscalização) e lógicas de necessidade (deslocamento sem alternativa). A etnobiografia aqui força o deslocamento do “evento” ao “sistema”.

No eixo policial/violência, recorrente em 2019–2021 (G1, 2019; G1, 2020; G1, 2021), a mídia tende a figurar o arquipélago como “zona de risco”. As falas mostram uma cartografia mais fina: diferenças intrarregionais, medo associado a fluxos externos e, ao mesmo tempo, um sentimento local de tranquilidade nas áreas turísticas de Soure.

“A parte de violência [...] é do outro lado. Na nossa parte oriental aqui já é uma parte turística [...] Aqui [...] a gente não vê violência. [...] Aqui encontrei paz com meu espírito” (Sujeito 1 Soure, informação verbal, 22 de janeiro de 2025).

Em Soure, apontam a presença de drogas como um problema sensível, mas sem intenção de reforçar estigma, mas para marcar vigilância comunitária no cuidado com os filhos: — “A gente tem que ter muito cuidado com os nossos filhos [...] sempre vem gente de fora com esse negócio de droga, essas coisas que estragam” (Sujeito 3 Soure, informação verbal, 22 de janeiro de 2025). Mesmo nesse tópico, a fala se alarga para cotidiano e segurança diferencial: — “Apesar de em todo lugar ter violência, pra cá é mais tranquilo. [...] Aqui dá pra andar com dinheiro sem ser roubado” (Sujeito 3 Soure, informação verbal, 22 de janeiro de 2025). Em Salvaterra, a expressão “marketing negativo” aparece justamente para denunciar o enfoque seletivo da cobertura:

“Para mim é marketing negativo. Aqui acontece como em todo lugar. [...] Não me sinto representado [pela cobertura midiática]. [...] Parece que só existimos na desgraça” (Sujeito 1 Salvaterra, informação verbal, 20 de janeiro de 2025).

Em chave etnobiográfica, isso evidencia que o “olhar de fora” não apenas relata/ produz o Marajó como metáfora de desordem, enquanto o “olhar de dentro” reintroduz diferenças de lugar, tempo e convivência que as notícias apagam (GONÇALVES; CARDOSO; MARQUES, 2012).

No eixo exploração sexual/tráfico, que ganha tração sobretudo a partir de 2022–2024 (G1, 2022; G1, 2023; G1, 2024), as entrevistas oferecem nuances cruciais que, ao mesmo tempo em que reconhecem ocorrências, as recusam como generalização estigmatizante. Em Afuá, a fala distingue “fantasia” midiática

“Não, não. Tá muito fantasiado, não tá mostrando o real. Por exemplo, a situação do tráfico de criança. Não é como dizem, que pegam a criança e

roubam. Funciona de outro jeito: conversam com os pais ou só com a mãe [...]. São crianças carentes [...] aparece alguém que se aproveita, fingindo dar um futuro melhor [...] muitas vezes é para exploração, prostituição” (Sujeito 2 Afuá, informação verbal, 14 de janeiro de 2025).

A mesma entrevistada ainda introduz o papel ambivalente de políticas sociais e do “trabalho infantil doméstico” como exploração não nomeada:

“O programa social do Lula [bolsa família] deu uma freada nisso [...] Mas ainda existem os que levam para exploração doméstica. Ao invés de pagar alguém com carteira assinada, preferem manter uma criança em casa, dando comida e escola em troca de trabalho” (Sujeito 2 Afuá, informação verbal, 14 de janeiro de 2025).

Em outra ponta, moradores percebem a pauta como difusa no território e também mediada por vulnerabilidade socioeconômica e falta de fiscalização:

“A gente vê muita adolescente grávida [...] Em outro lugar do Marajó foi exposto que teve criança mandada pelos próprios pais para barcos, pra arrumar o que comer. [...] É aqui que falta fiscalização” (Sujeito 3 Soure, informação verbal, 22 de janeiro de 2025).

Ao mesmo tempo, há discordâncias sobre a frequência e a visibilidade do fenômeno:

“A notícia de tráfico infantil não é uma coisa que eu tenho contato no meu dia a dia. Imagino que deva acontecer, [...] mas não é visível pra mim” (Afuá1, informação verbal, 13 de janeiro de 2025); e, em contraste, — “Exploração sexual de jovens e adolescentes [...] são realidades que acontecem sim na nossa região. Não são tão visíveis aos nossos olhos, mas [...] se formos adentrar a realidade...” (Sujeito 3 Afuá, informação verbal, 14 de janeiro de 2025).

Esse dissenso, longe de ser problema, é exatamente o que a etnobiografia valoriza como pluralidade situada; e é tudo o que a cobertura moralizante costuma suprimir ao passo que coloca o Marajó numa imagem-síntese (GONÇALVES; CARDOSO; MARQUES, 2012).

No eixo de turismo, embora matérias do tipo “Veneza marajoara”, “cidade das bicicletas” (G1, 2023), detenham-se a retratar Afuá como tema recorrente de curiosidade nacional, é salutar destacar que não há políticas de incentivo ao turismo ou mesmo matérias que divulguem como chegar e porque ir ao Marajó. É possível observar isso em falas como:

“Afuá é bastante noticiada por causa da especificidade de não ter carros, só bicicletas. De vez em quando aparece num programa nacional, já apareceu na Globo. Então, as curiosidades locais deveriam aparecer. Várias cidades do Marajó têm especificidades diferentes. Isso poderia ser atrativo turístico. Acho que o turismo é muito pouco explorado no Marajó, principalmente aqui. Em Afuá não existe nenhum incentivo ao turismo. Nenhum. Infelizmente.” (Sujeito 1 Afuá, informação verbal, 13 de janeiro de 2025).

A mesma cidade, celebrada por “cores e calma”, ganha densidade quando a voz local lembra governança e cuidado urbano: — “A cidade é linda. Nós somos um povo hospitaleiro e caloroso. [...] Isso também é mérito da administração. [...]” (Sujeito 2 Afuá, informação verbal, 14 de janeiro de 2025). Em Soure, a conversa com duas mulheres reúne turismo de praia, trilhas, comida (turu) e percepção de segurança que contrasta com capitais: — “O pessoal gosta dos passeios. Tem catraieiro, tem guia, tem trilha. [...] Aqui dá pra andar com dinheiro sem ser roubado” (Sujeito 3 Soure, informação verbal, 22 de janeiro de 2025).

Sob uma perspectiva etnobiográfica, essas falas mostram que “mostrar bicicletas” sem relevar quem as pedalam, o que carregam e seus porquês, é transformar a diferença em ornamento, não em mundo vivido (GONÇALVES; CARDOSO; MARQUES, 2012).

A pauta logística/infraestrutura atravessa todos os eixos de notícia, e as entrevistas reiteram que ela é decisiva tanto para segurança quanto para desenvolvimento. Em Salvaterra, um entrevistado aponta gargalos de acesso e compra de passagens que a cobertura raramente tematiza:

“A mídia poderia noticiar sobre como chegar na ilha. Porque não adianta divulgar o que tem e o turista não saber como chegar. Esse é um dos nossos gargalos aqui. [...] As empresas que fazem as viagens de barco pra cá não têm site que venda online. [...] Às vezes o turista desiste porque não consegue passagem” (Sujeito 2 Salvaterra, informação verbal, 21 de janeiro de 2025).

O mesmo entrevistado situa os naufrágios como realidade amazônica, chamando a Marinha à formação e fiscalização:

“Situação de barcos irregulares é realidade amazônica. [...] A Marinha também deveria reforçar a fiscalização, capacitação, regulamentação” (Sujeito 2 Salvaterra, informação verbal, 21 de janeiro de 2025).

Em Soure, a crítica à identificação de passageiros conecta segurança e política pública:

“Deveriam pedir a identidade, escanear [...] se tiver alguém errado, já saberiam. [...] Falta fiscalização [...] Essa lancha que afundou não tinha porte” (Sujeito 1 Soure, informação verbal, 22 de janeiro de 2025).

E em Salvaterra, a leitura sistêmica do naufrágio dramatiza que “irregularidade” não é sinônimo de “clandestinidade”, mas de governança falha:

“Essa empresa tinha ponto de venda oficial em Belém. Não era tão irregular como dizem [apenas o embarque foi irregular]. [...] Se a lancha parou em porto regular, cadê o fiscal?” (Sujeito 3 Salvaterra, informação verbal, 23 de janeiro de 2025).

Quando a notícia reduz a narrativa à “culpa do barqueiro”, as falas devolvem linhas de responsabilidade distribuída.

As entrevistas também explicam o descompasso entre a superexposição dos problemas e a sub-representação da cultura, sugerindo caminhos editoriais que o jornalismo poderia trilhar. Em Soure, a fala que sintetiza a crítica ético-política à cobertura é inequívoca:

“Se você vai veicular uma notícia, tem que mostrar alternativas de solução. Falar só do problema para gerar engajamento é leviano, covarde. Isso não me representa como morador” (Sujeito 2 Soure, informação verbal, 22 de janeiro de 2025).

A mesma voz convoca patrimônio, ciência e política pública como matéria jornalística: cerâmica marajoara, recifes ainda pouco estudados, alimentação democrática, história indígena e cabocla, e denúncia do racismo científico que apaga essa ancestralidade (Sujeito 2 Soure, informação verbal, 22 de janeiro de 2025).

Em Afuá, a leitura comparativa com o eixo Sul-Sudeste expõe a assimetria de visibilidade nacional:

“É mais fácil conhecer [o Sul e Sudeste] até por causa das novelas, dos filmes” (Afuá1, informação verbal, 13 de janeiro de 2025); “Os livros escolares mostram só o Sul, como se fosse o Brasil inteiro. Precisava incluir o Norte” (Sujeito 2 Afuá, informação verbal, 14 de janeiro de 2025).

Por fim, quando se pergunta “o que é o Marajó”, as respostas compõem uma etnobiografia coletiva que contrasta profundamente com o retrato midiático. Em Afuá: — “O que mais define [...] é a especificidade dela. [...] As bicicletas. O uso das bicicletas. A forma de viver” (Sujeito 1 Afuá, informação verbal, 13 de janeiro de 2025);

E a imagem ampliada de paisagem/afetos:

“Me sinto na mão de Deus aqui. [...] Se estou doente, posso recorrer a vizinhos [...] Aqui não tem terremoto, não tem tragédias naturais. [...] Se o Marajó é o coração e os rios são as veias, se acabar aqui, acaba o mundo” (Sujeito 2 Afuá, informação verbal, 14 de janeiro de 2025).

Em Salvaterra: — “Representa minha vida, meu bem-estar, minha tranquilidade. [...] Aqui é tranquilo. Todo mundo se conhece” (Sujeito 1 Salvaterra, informação verbal, 20 de janeiro de 2025);

“O Marajó é uma terra muito rica, muito abençoada, acho que com muita indiferença. [...] Eu poderia ter nascido em qualquer outro lugar, mas nasci aqui. E com meu trabalho, carrego uma missão de valorizar tudo que a gente tem aqui.” (Sujeito 2 Salvaterra, informação verbal, 20 de janeiro de 2025);

e, na crítica histórica, — “É território sagrado, de religiosidade e cultura. [...] O Marajó é um cemitério indígena. [...] A mídia deveria mostrar isso” (Sujeito 3 Salvaterra, informação verbal, 23 de janeiro de 2025).

Em Soure,

“Ser marajoara é viver em simbiose com a natureza [...] é um grande privilégio. [...] Apesar do estigma e das dificuldades, somos resilientes e buscamos viver bem, o tekoporã, o bem viver” (Sujeito 2 Soure, informação verbal, 22 de janeiro de 2025);

e o testemunho de paz cotidiana: — “Aqui encontrei paz com meu espírito” (Sujeito Soure1, informação verbal, 22 de janeiro de 2025). Essas falas, cotejadas, não negam os problemas; elas reordenam o sentido: de “ilha-problema” para território vivido, com conflitos, cuidados e esperanças.

A análise das dez matérias do G1, confrontada com os relatos etnográficos colhidos no Marajó, evidencia um duplo processo: de um lado, a reprodução de estereótipos midiáticos que reiteram o arquipélago como espaço de carência; de outro, a emergência de vozes locais que afirmam uma identidade viva e plural. A crítica às representações midiáticas revela que o problema não é apenas de pauta, mas de epistemologia. O jornalismo hegemônico, ao privilegiar a distância e a urgência, sustenta uma ontologia do olhar que exclui a escuta. Já a etnobiografia, como gesto metodológico, propõe o inverso: o conhecimento como experiência de presença, em que o pesquisador se deixa afetar pelo campo e reconhece a alteridade como coautoria (GONÇALVES; CARDOSO; MARQUES, 2012).

A partir dessa leitura, é possível afirmar que o Marajó é simultaneamente um território e uma narrativa em disputa. Cada matéria do G1 funciona como um fragmento de uma macro-história nacional que insiste em representar a Amazônia como fronteira da falta; cada entrevista de campo, por sua vez, reinscreve o arquipélago como território de saberes, afetos e resistências. O cruzamento entre essas duas dimensões permite compreender que o

verdadeiro conflito não é entre verdade e mentira, mas entre modos de narrar. O discurso jornalístico busca capturar o fato; a etnobiografia busca compreender o vivido. Entre um e outro, desenha-se o campo ético da pesquisa, onde conhecer implica escutar, e escutar implica reconhecer.

Desse modo, o trabalho de campo e a análise das matérias apontam para a urgência de uma reconfiguração epistemológica nas formas de representação do Norte do Brasil. Mais do que corrigir erros factuais, trata-se de restituir a complexidade humana e cultural das populações amazônicas. O olhar jornalístico precisa deslocar-se do exotismo e do pânico moral para o reconhecimento das práticas cotidianas de resistência e solidariedade. A pesquisa demonstra que o Marajó não é apenas objeto de discurso, mas sujeito de história, e que escutá-lo é um gesto político de reconstrução do próprio Brasil.

Considerações Finais

Ao longo desta pesquisa, buscou-se compreender de que maneira o arquipélago do Marajó tem sido representado pela grande mídia nacional e como essas representações dialogam, ou entram em conflito, com as percepções e experiências dos próprios marajoaras. O percurso metodológico, sustentado pela análise de reportagens do portal G1, publicadas entre 2019 e 2024, e pela escuta etnobiográfica de moradores de Afuá, Soure e Salvaterra, permitiu confrontar dois modos distintos de narrar a realidade. De um lado, o discurso jornalístico, moldado por lógicas de impacto, simplificação e espetacularização; de outro, as vozes locais, marcadas por saberes, afetos e práticas de resistência que não cabem na narrativa dominante.

As análises realizadas demonstram que o discurso midiático atua como um mecanismo de produção simbólica da alteridade. O Marajó é frequentemente apresentado como um lugar exótico, violento, carente ou místico, raramente como um sujeito histórico e político. Essa forma de representação não ocorre por acaso. Ela se ancora em estratégias narrativas que privilegiam manchetes e enquadramentos de forte apelo emocional, muitas vezes descolados do contexto social, histórico e estrutural que sustenta os fenômenos noticiados. Ao enfatizar números, episódios isolados ou imagens de

choque sem aprofundar suas causas, o jornalismo contribui para uma leitura fragmentada da realidade, reforçando estigmas já consolidados.

Nesse sentido, a colonialidade midiática manifesta-se não apenas no conteúdo veiculado, mas na própria forma de produção da notícia. Assim como o colonialismo impôs uma língua, uma religião e uma lógica econômica, a comunicação hegemônica impõe uma única forma de ver e dizer o território, definindo o que é digno de ser narrado e o que permanece invisível. O sensacionalismo, ao descontextualizar os fatos e reduzir sujeitos e territórios a signos de carência ou perigo, opera como tecnologia simbólica de poder, naturalizando desigualdades e hierarquias históricas.

As entrevistas realizadas nos três municípios revelaram que, para os marajoaras, o principal incômodo não está apenas no conteúdo das matérias, mas na ausência de voz. As falas de Afuá, Salvaterra e Soure evidenciam um povo consciente de suas contradições e dificuldades, mas igualmente orgulhoso de sua cultura, de sua natureza e das formas solidárias de organização da vida cotidiana. Os entrevistados reconhecem problemas estruturais — como a exploração sexual, a precariedade dos transportes e a insuficiência de políticas públicas —, mas rejeitam as generalizações que transformam situações complexas em marcas identitárias fixas. Há, nessas narrativas, o desejo de contar o próprio território, de ser autor da própria história, e não mero personagem de uma narrativa produzida de fora para dentro.

A análise comparativa entre as matérias jornalísticas e os relatos etnobiográficos evidencia um duplo movimento. De um lado, a reprodução reiterada de estereótipos que enquadram o Marajó como espaço da falta, da precariedade e do atraso; de outro, a emergência de vozes locais que afirmam uma identidade viva, plural e atravessada por saberes próprios. Cada reportagem funciona como fragmento de uma macro-história nacional que insiste em representar a Amazônia como fronteira do problema; cada entrevista, por sua vez, reinscreve o arquipélago como território de saberes, afetos e resistências.

A pesquisa evidencia, assim, que a disputa em torno da representação do Marajó é também uma disputa por soberania simbólica. O objetivo não é apenas corrigir distorções pontuais do jornalismo, mas tensionar as estruturas que sustentam a produção da notícia e seus critérios de noticiabilidade. Trata-se de perguntar quem fala, de onde fala e a serviço de quais interesses se constrói determinado discurso. Quando a mídia reproduz o olhar do colonizador sob a aparência de neutralidade, perpetua o que Quijano definiu como colonialidade do p. Ao longo desta pesquisa, buscou-se compreender de que maneira o arquipélago do Marajó tem sido representado pela grande mídia nacional e como essas representações dialogam, ou entram em conflito, com as percepções e experiências dos próprios marajoaras. O percurso metodológico, sustentado pela análise de reportagens do portal G1, publicadas entre 2019 e 2024, e pela escuta etnobiográfica de moradores de Afuá, Soure e Salvaterra, permitiu confrontar dois modos distintos de narrar a realidade. De um lado, o discurso jornalístico, moldado por lógicas de impacto, simplificação e espetacularização; de outro, as vozes locais, marcadas por saberes, afetos e práticas de resistência que não cabem na narrativa dominante.

As análises realizadas demonstram que o discurso midiático atua como um mecanismo de produção simbólica da alteridade. O Marajó é frequentemente apresentado como um lugar exótico, violento, carente ou místico, raramente como um sujeito histórico e político. Essa forma de representação não ocorre por acaso. Ela se ancora em estratégias narrativas que privilegiam manchetes e enquadramentos de forte apelo emocional, muitas vezes descolados do contexto social, histórico e estrutural que sustenta os fenômenos noticiados. Ao enfatizar números, episódios isolados ou imagens de choque sem aprofundar suas causas, o jornalismo contribui para uma leitura fragmentada da realidade, reforçando estigmas já consolidados.

Nesse sentido, a colonialidade midiática manifesta-se não apenas no conteúdo veiculado, mas na própria forma de produção da notícia. Assim como o colonialismo impôs uma língua, uma religião e uma lógica econômica, a comunicação hegemônica impõe uma única forma de ver e dizer o território, definindo o que é digno de ser narrado e o que permanece invisível. O

sensacionalismo, ao descontextualizar os fatos e reduzir sujeitos e territórios a signos de carência ou perigo, opera como tecnologia simbólica de poder, naturalizando desigualdades e hierarquias históricas.

As entrevistas realizadas nos três municípios revelaram que, para os marajoaras, o principal incômodo não está apenas no conteúdo das matérias, mas na ausência de voz. As falas de Afuá, Salvaterra e Soure evidenciam um povo consciente de suas contradições e dificuldades, mas igualmente orgulhoso de sua cultura, de sua natureza e das formas solidárias de organização da vida cotidiana. Os entrevistados reconhecem problemas estruturais, como a exploração sexual, a precariedade dos transportes e a insuficiência de políticas públicas, mas rejeitam as generalizações que transformam situações complexas em marcas identitárias fixas. Há, nessas narrativas, o desejo de contar o próprio território, de ser autor da própria história, e não mero personagem de uma narrativa produzida de fora para dentro.

A análise comparativa entre as matérias jornalísticas e os relatos etnobiográficos evidencia um duplo movimento. De um lado, a reprodução reiterada de estereótipos que enquadram o Marajó como espaço da falta, da precariedade e do atraso; de outro, a emergência de vozes locais que afirmam uma identidade viva, plural e atravessada por saberes próprios. Cada reportagem funciona como fragmento de uma macro-história nacional que insiste em representar a Amazônia como fronteira do problema; cada entrevista, por sua vez, reinscreve o arquipélago como território de saberes, afetos e resistências.

A pesquisa evidencia, assim, que a disputa em torno da representação do Marajó é também uma disputa por soberania simbólica. O objetivo não é apenas corrigir distorções pontuais do jornalismo, mas tensionar as estruturas que sustentam a produção da notícia e seus critérios de noticiabilidade. Trata-se de perguntar quem fala, de onde fala e a serviço de quais interesses se constrói determinado discurso. Quando a mídia reproduz o olhar do colonizador sob a aparência de neutralidade, perpetua o que Quijano definiu como

colonialidade do poder, naturalizando hierarquias entre centro e periferia, entre o sujeito que interpreta e aquele que é interpretado.

A escuta das vozes locais aponta para caminhos possíveis de descolonização do olhar. A etnobiografia mostrou-se um instrumento potente para devolver à palavra marajoara seu lugar de origem, vinculado ao território vivido, à memória e à experiência cotidiana. Ao narrar-se, o marajoara afirma sua existência e resiste às tentativas históricas de silenciamento. Suas falas recuperam dimensões éticas e estéticas do viver que a mídia frequentemente apaga: o trabalho solidário, o sentimento de comunidade, o orgulho pela cerâmica, pela música e pela religiosidade, bem como a relação de simbiose com a natureza. Esses elementos configuram formas legítimas de conhecimento e reafirmam o Marajó como centro produtor de saber, e não como periferia do Brasil.

Do ponto de vista teórico, o diálogo com Fanon, Quijano e Darcy Ribeiro permitiu compreender que o estigma midiático é parte de um processo histórico mais amplo de produção da inferioridade. Assim como o negro e o indígena foram definidos como sujeitos “sem história”, o Norte brasileiro, e o Marajó em particular, seguem sendo representados como espaços “sem modernidade”, habitados por populações que demandariam tutela. Essa estrutura discursiva não apenas molda o olhar lançado sobre a Amazônia, mas influencia a própria forma como o Brasil se pensa enquanto nação, mantendo viva uma divisão simbólica entre o civilizado e o selvagem, o centro e as margens.

Esta dissertação não se propõe a encerrar o debate, mas a ampliar o campo de reflexão sobre as responsabilidades éticas da comunicação e sobre o papel da pesquisa acadêmica na reconstrução das narrativas acerca do Norte do país. Ao articular levantamento documental e trabalho de campo, este estudo assume que a produção de conhecimento é também um gesto político e epistemológico, na medida em que reconhece a legitimidade das vozes historicamente silenciadas e afirma a centralidade da experiência local na construção do saber.

A superação da colonialidade midiática exige novos paradigmas de escuta e representação. É necessário deslocar o foco do sensacionalismo para o sentido, do espetáculo para o contexto, da fala sobre o outro para a escuta com o outro. O desafio que se impõe à comunicação e à academia é o de construir pontes entre saberes e reconhecer o valor da experiência marajoara como forma legítima de conhecimento.

Em última instância, falar do Marajó é falar do Brasil. O arquipélago espelha as contradições de um país que ainda precisa aprender a se ver por inteiro. O Marajó é território, mas também é narrativa em disputa; é lugar de memória, de resistência, de beleza e de luta. Que as vozes ouvidas neste trabalho possam inspirar um país mais disposto a escutar, compreender e respeitar as múltiplas formas de existir que compõem o seu próprio corpo coletivo, naturalizando hierarquias entre centro e periferia, entre o sujeito que interpreta e aquele que é interpretado.

A escuta das vozes locais aponta para caminhos possíveis de descolonização do olhar. A etnobiografia mostrou-se um instrumento potente para devolver à palavra marajoara seu lugar de origem, vinculado ao território vivido, à memória e à experiência cotidiana. Ao narrar-se, o marajoara afirma sua existência e resiste às tentativas históricas de silenciamento. Suas falas recuperam dimensões éticas e estéticas do viver que a mídia frequentemente apaga: o trabalho solidário, o sentimento de comunidade, o orgulho pela cerâmica, pela música e pela religiosidade, bem como a relação de simbiose com a natureza. Esses elementos configuram formas legítimas de conhecimento e reafirmam o Marajó como centro produtor de saber, e não como periferia do Brasil.

Do ponto de vista teórico, o diálogo com Fanon, Quijano e Darcy Ribeiro permitiu compreender que o estigma midiático é parte de um processo histórico mais amplo de produção da inferioridade. Assim como o negro e o indígena foram definidos como sujeitos “sem história”, o Norte brasileiro, e o Marajó em particular, seguem sendo representados como espaços “sem modernidade”, habitados por populações que demandariam tutela. Essa estrutura discursiva não apenas molda o olhar lançado sobre a Amazônia, mas influencia a própria

forma como o Brasil se pensa enquanto nação, mantendo viva uma divisão simbólica entre o civilizado e o selvagem, o centro e as margens.

Esta dissertação não se propõe a encerrar o debate, mas a ampliar o campo de reflexão sobre as responsabilidades éticas da comunicação e sobre o papel da pesquisa acadêmica na reconstrução das narrativas acerca do Norte do país. Ao articular levantamento documental e trabalho de campo, este estudo assume que a produção de conhecimento é também um gesto político e epistemológico, na medida em que reconhece a legitimidade das vozes historicamente silenciadas e afirma a centralidade da experiência local na construção do saber.

A superação da colonialidade midiática exige novos paradigmas de escuta e representação. É necessário deslocar o foco do sensacionalismo para o sentido, do espetáculo para o contexto, da fala sobre o outro para a escuta com o outro. O desafio que se impõe à comunicação e à academia é o de construir pontes entre saberes e reconhecer o valor da experiência marajoara como forma legítima de conhecimento.

Em última instância, falar do Marajó é falar do Brasil. O arquipélago espelha as contradições de um país que ainda precisa aprender a se ver por inteiro. O Marajó é território, mas também é narrativa em disputa; é lugar de memória, de resistência, de beleza e de luta. Que as vozes ouvidas neste trabalho possam inspirar um país mais disposto a escutar, compreender e respeitar as múltiplas formas de existir que compõem o seu próprio corpo coletivo.

Referências

AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*, I. Trad. de Henrique Burigo. São Paulo: Boitempo, 2007. DOI: <https://doi.org/10.14393/RFADIR-v44n1a2016-39987>

AMARAL FILHO, Nemézio C. ***As perigosas fronteiras da “comunidade”: um desafio à comunicação comunitária***. Revista do Lecc. Rio de Janeiro: Fábrica do Livro, 2007.

AMARAL, Marcia Franz. **Jornalismo Popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

Barco com passageiros naufraga entre Breves e Afuá; vítimas ainda são procuradas. *G1*, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em: 9 mar. 2026.

BARROS, R. S. da S.; TOURINHO, H. L. Z.; CORRÊA, A. J. L.. **ESTRUTURA INTRAURBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA BELÉM DA BELLE ÉPOQUE (1870-1910)**.. In: Anais do 5º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação. Anais...Belo Horizonte(MG) UFMG, 2018. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/arqdoc/71456-ESTRUTURA-INTRAURBANA-E-SEGREGACAO-SOCIOESPACIAL-NA-BELEM-DA-BELLE-EPOQUE-\(1870-1910\)](https://www.even3.com.br/anais/arqdoc/71456-ESTRUTURA-INTRAURBANA-E-SEGREGACAO-SOCIOESPACIAL-NA-BELEM-DA-BELLE-EPOQUE-(1870-1910)). Acesso em: 18/12/2024

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Difel, 1982.

BATTESIN, Cláudia; BONATTI, Jailson; QUINTO, Jeanice Rufino. **A colonização e resistência dos povos originários da América Latina**. *Revista Fórum Identidades*, Itabaiana-SE, Universidade Federal de Sergipe, v. 30, n. 1, p. 13-27, jul./dez. 2019.

BENKLER, Yochai. **The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom**. New Haven: Yale University Press, 2006.

BIASOLI ALVES, M. T.; DIAS DA SILVA, L. B.; SIGOLO, S. R.; CALDANA, M. L. **Entrevista qualitativa: uma técnica para coleta de dados em pesquisa social**. São Paulo: USP, 1987.

CANEN, A.; XAVIER, L. N. **Multiculturalismo, Memória e História da Educação Brasileira**: reflexões a partir do olhar de uma educadora alemã no

Brasil Imperial. In: Ana Chrystina Venancio Mignot; Maria Helena Camara Bastos; Maria Teresa Santos Cunha.. (Org.). *Refúgios do Eu*. 1 ed. Florianópolis, SC: Mulheres, v. 1, 2000.

CANNEL, C. F.; KAHN, R. L. **The collection of data by interviewing**. In: LINZ, L. (Ed.). *Handbook of Social Psychology*. Cambridge: Addison-Wesley, 1974.

CARNEIRO, Jéssica de Souza. *As novas formas de consumo de notícias pelos jovens e o jornalismo nas redes sociais digitais*. In: Anais do **XVI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política – COMPOLÍTICA**, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://abpcom.com.br/wp-content/uploads/2025/01/Jessica-de-Souza-Carneiro.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2025.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. Trad. Ângela M. S. Correa. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

Conheça Afuá, a cidade das bicicletas e das ruas suspensas sobre a água. *G1*, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em: 9 mar. 2026.

COSTA, Vânia Maria Torres. **À sombra da floresta: os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade e colonialidade no telejornalismo da Rede Globo**. 2023.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2006. 1991.

GABBAY, Marcelo M. **Estar-na-mídia: um local de disputa pela representação da “cultura marajoara” em Tucumanduba, Soure, Estado do Pará**. In: Intercom – XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, 2007. Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0079-1.pdf>.

Acesso em 11 jul. 2025.

GONÇALVES, Amanda Cristina Oliveira; CORNETTA, Andrei; ALVES, Fábio; BARBOSA, Leonard Jeferson Grala. Marajó. In: **A Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia**. Brasília: Ipea, 2016. p. 107-197.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 1988. p. 75–88.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69–82, jan./jun. 1988b.

GONÇALVES, Marco Antônio; CARDOSO, Vânia Zikán; MARQUES, Roberto. *Etnobiografia: subjetivação e etnografia*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

Homem é morto em confronto com a polícia em Soure. *G1*, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em: 9 mar. 2026.

IBGE. *Cidades e Estados: Pará*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2025.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia e o triunfo do espetáculo**. Líbero – Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 4-15, 2003. Disponível em: <https://lehmae.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/03/a-cultura-da-midia-e-o-triunfo-do-espetaculo-douglas-kellner.pdf>. Acesso em: 13/08/2025

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil: Norte** 1: fundações e entradas. Séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portugalia, 1943a. t. 3.

LEMONS, André. **A tecnologia é um vírus: pandemia e cultura digital**. Porto Alegre: Sulina, 2021.

LIMA JUNIOR, Walter Teixeira. **Neofluxo: jornalismo, base de dados e a construção da esfera pública interconectada.** *Galáxia (São Paulo)*, São Paulo, n. 21, p. 137-149, jun. 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/>. Acesso em: 11 de julho de 2025.

MANZINI, E. J. **Entrevista semiestruturada: um novo olhar na pesquisa qualitativa.** *Revista de Pesquisa Qualitativa*, v. 3, n. 2, p. 154-156, 1990-1991.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Notícias em disputa.** São Paulo: Editora Contexto, 2017.

MINAYO, Maria. C. S. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Ed.Vozes, 1994.

MONASTÉRIO, Leonardo. **Sobrenomes e ancestralidade no Brasil.** Brasília: Ipea, 2016

Ministra diz ter recebido relatos de exploração sexual de crianças no Marajó. *G1*, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em: 9 mar. 2026.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa** . 2013. Editora Universidade de Brasília, Brasília.

Naufrágio de embarcação deixa 22 mortos no arquipélago do Marajó. *G1*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em: 9 mar. 2026.

Naufrágio deixa sete mortos no Marajó, diz Defesa Civil. *G1*, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em: 9 mar. 2026

NEWSON, J.; NEWSON, E. **Técnicas de observação e entrevista na pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Martins Fontes, 1976.

Nova denúncia de exploração sexual de crianças no Marajó repercute em Brasília. *G1*, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em: 9 mar. 2026.

NÚÑEZ LONGHINI, Geni Daniela. **Perspectivas indígenas antirracistas sobre o etnogenocídio: contribuições para o reflorestamento do imaginário.** *Psicologia & Sociedade*, v. 35, p. e277101, 2023. P.4 Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/FybYypjXJRVxDJFHd4vSv9j/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

Operação policial apreende 300 quilos de drogas e armas no Marajó. *G1*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em: 9 mar. 2026.

PAIVA, Raquel. ***Para reinterpretar a comunicação comunitária***. In: PAIVA, Raquel (org.). *O retorno da comunidade*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

PEREIRA, J. V. Atualidade de Antônio Vieira na Amazônia: uma controvérsia do século XVI para reanimar o século XXI. *Asas da Palavra*, Belém, v. 10, n. 23, 2007.

Polícia deflagra operação contra o tráfico de drogas no arquipélago do Marajó. *G1*, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em: 9 mar. 2026.

Polícia Federal investiga tráfico de pessoas no arquipélago do Marajó. *G1*, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em: 9 mar. 2026.

QUEIROZ, M. I. P. ***Entrevista e história de vida como instrumentos de pesquisa sociológica***. São Paulo: Vértice, 1987.

QUIJANO, Aníbal. ***Colonialidad y modernidade/racionalidade***. *Perú Indígena*, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, Aníbal. ***Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder***. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: QUIJANO, Aníbal. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 285–327.

RIBEIRO, Darcy. ***O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil***. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROCHA, Deyvison Junior da Silva. ***Narrativas jornalísticas sobre o arquipélago de Marajó: análise das reportagens da TV Brasil***. In: MOSTRA CIENTÍFICA, 18., 2024, Imperatriz. Anais [...]. Imperatriz: UFMA, 2024.

SALLES, Vicente. **A música e o tempo no Grão-Pará**. Belém: Conselho Estadual de Cultura,

SANTOS, Ademir Valdir dos. **Educação e nacionalismo: configurando a escola primária catarinense na Era Vargas**. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 10, n. 3, p. 82-111, 2010. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v10i3.38530>

SCHLEMMER, Eliane; DI FELICE, Massimo; SERRA, Isabella Maria Rodrigues de Sousa. **Educação OnLIFE: a dimensão ecológica das arquiteturas digitais de aprendizagem**. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 36, e76120, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.76120> Acesso em: 14/08/2025

SODRÉ, Muniz. **A comunicação do grotesco**. Petrópolis: Vozes, 1977.

TAPIA, Pedro Canales. **Identidades Étnicas y Estados Nacionales en América Latina, 1930-1990**. In: *Los claroscuros del debate: pueblos indígenas, colonialismo y subalternidad en América del Sur. Siglos XX y XXI*. Colección e-200, 2016, p. 345-372.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo, vol. 2: a tribo jornalística—uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TOURINHO, H. L. Z.; BARROS, R. S. S.; CORRÊA, A. J. L. **Estrutura Intraurbana e Segregação Socioespacial na Belém da Belle Époque (1870-1910)**. In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO, 5., 2017, Belo Horizonte.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TURISMO DE NATUREZA. *O que fazer na Ilha de Marajó em Soure*. Disponível em: <https://turismodenatureza.com.br/o-que-fazer-na-ilha-de-marajo-em-soure/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

VIEIRA, A. **Carta do P. Antonio Vieira da Companhia de Jesus**. 1. ed. Lisboa: Officina da Congregação do Oratorio, 1735. t. 2.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico**. Ed. 34: São Paulo, 2005.

Apêndice

A- Galeria⁹ de fotos

Afuá.

Entrada da cidade, logo ao lado do porto.



Samaúma ou Muralha da Amazônia.



⁹ Todas as imagens pertencem ao acervo pessoal da autora.

Bicitaxi equipado com som.



Por do sol da avenida principal.



Avenida principal.



Quadra e escola na praça principal.



Salvaterra.

Orla de Salvaterra.



Ruínas Jesuítas de Joanes.



Igrejinha das ruínas, em Joanes.



Orla de Joanes.



Soure.

Igreja Matriz, em Soure.



Forte de Soure.



Ateliê Arte Mangue Marajó, em Soure.



Fazenda Mironga, em Soure.



Estrada para fazenda Mironga.



A- Roteiro de Pesquisa

1. Você mora no Arquipélago Marajó há quanto tempo?
2. Em sua opinião, as notícias e/ou reportagens retratam adequadamente a realidade do Marajó? Por quê?
3. Quais notícias e/ou reportagens você acredita que mais se distanciam e quais se aproximam do cotidiano vivido no Marajó? Pode dar exemplos?
4. Você se sente bem representado, enquanto marajoara, pelas notícias produzidas para veiculação nacional? Na sua opinião, o que é possível que o resto do Brasil compreenda sobre a realidade do Marajó com base no que é retratado pela mídia?
5. Em sua opinião, quais aspectos a mídia deveria priorizar ao noticiar sobre o Marajó ou outras regiões do norte do país?
6. Para você, o que representa o Marajó e o que significa ser marajoara?

A- Entrevista Sujeito 1 Afuá

Gabriela: Tá, eu vou fazer seis perguntas sobre essas reportagens, essas notícias que você viu. Você não é obrigado a falar o nome, de qualquer maneira não vai ser usado, nenhuma informação que possa te identificar, tá? Mas se você quiser falar seu nome, sua idade, onde você mora e quanto tempo você mora aqui no Marajó, e se você nasceu aqui?

Afua1: É, eu nasci no Marajó, fui morar em Belém, fui educado em Belém, mas voltei. Sempre tive contato aqui, meus pais sempre moraram aqui, e tô morando aqui há cinco anos.

Gabriela: Ok. Na sua opinião, as notícias, essas reportagens que você viu, retratam de maneira adequada a realidade do Marajó ou da sua cidade aqui?

Afua1: Eu acho que elas retratam a realidade do Marajó, mas não completamente. Elas são um recorte da realidade do Marajó só. Então, o Marajó também tem essas coisas, mas também tem muito mais do que isso.

Gabriela: Quais dessas notícias que você viu você acredita que mais se distancia do que é o cotidiano do Marajó? Se puder dar um exemplo...

Afua1: Eu acho que a notícia de tráfico infantil não é uma coisa que eu tenho contato no meu dia a dia. Imagino que deva acontecer, os dados revelam que acontece, mas não é visível pra mim.

Gabriela: Você se sentiu bem representado enquanto marajoara pelas notícias que estão reproduzidas na mídia de veiculação nacional? E na sua opinião, é possível que, através dessas notícias, o resto do Brasil conheça e entenda o que é o Marajó, o que é ser marajoara? Você acha que através dessa mídia online, que só tem o G1, o Globo, é possível que as pessoas compreendam o que é o Marajó?

Afua1: Não, eu acho que não dá pra conhecer a realidade do Marajó. Mas também não acho que é essa a intenção. A função da mídia é mostrar o local. Por exemplo, agora teve um avião que caiu em Ubatuba, interior de São Paulo,

e só vem notícias assim. Não dá pra conhecer Ubatuba também por isso. Sei que a pista de lá é pequena, mas não é só isso que resume a cidade. Infelizmente, as notícias que mais circulam são as extremas.

Gabriela: Mas você não acha que o resto do país tem mais notícias sobre o cotidiano da vida das pessoas? Você acha que isso é algo da mídia global, que todos os lugares vão falar prioritariamente sobre coisas ruins?

Afua1: Eu acho que, no geral, sim. Mas existem notícias boas. Só que elas vêm de locais mais específicos, do eixo Sudeste, do Sul.

Gabriela: Por que você acha isso? Você acha que tem um motivo social que explica a mídia mostrar mais a amplitude do que é outros lugares, do que aqui no Marajó?

Afua1: Acho que tem mais eventos relevantes que acontecem naquele eixo. Agora, por exemplo, vai ter a COP 30 no Pará, em Belém, e isso vai ser notícia, vai ser bem veiculado na mídia. Mas acho que os grandes eventos e as coisas boas de cultura que se espalham acontecem mais naquele eixo mesmo.

Gabriela: Só uma coisa: você acha que é mais fácil para um marajoara conhecer São Paulo, Minas, o Sudeste, do que para um sudestino conhecer o que é o Marajó? Você já morou nos dois lugares.

Afua1: Acho que sim. Tem mais informação sobre o eixo Sul-Sudeste. Acho mais fácil conhecer, até por causa das novelas, dos filmes. Acho mais fácil ter uma noção mais completa do Sul e Sudeste do Brasil do que do Norte.

Gabriela: Na sua opinião, quais são os aspectos que a mídia deveria priorizar para noticiar sobre o Marajó ou outras regiões do Norte? Porque, como você falou, a gente tem mais notícias trágicas, sobre problemas sociais. O que deveria ser mais noticiado?

Afua1: É uma pergunta difícil. Mas acho que poderiam falar mais sobre o cotidiano e as diferenças. Por exemplo, Afuá é bastante noticiada por causa da especificidade de não ter carros, só bicicletas. De vez em quando aparece num

programa nacional, já apareceu na Globo. Então, as curiosidades locais deveriam aparecer. Várias cidades do Marajó têm especificidades diferentes. Isso poderia ser atrativo turístico. Acho que o turismo é muito pouco explorado no Marajó, principalmente aqui. Em Afuá não existe nenhum incentivo ao turismo. Nenhum. Infelizmente.

Gabriela: A última: para você, o que o Marajó representa? O que é ser marajoara? Aquela coisa que você olha e fala “isso é coisa de marajoara”? O que é o Marajó de verdade?

Afua1: Eu acho que o que mais define, considerando a cidade que eu moro, Afuá, é a especificidade dela. O que mais define são as bicicletas. O uso das bicicletas. A forma de viver. Sim, a forma de viver.

Gabriela: Obrigada.

B- Entrevista Sujeito 2 Afuá

Gabriela: Então, eu vou te perguntar coisas primeiro sobre você e você responde aquilo que quiser. Se não quiser falar o nome, não precisa. Inicialmente, eu queria saber quem é você, quantos anos você tem, quanto tempo você mora no Marajó, de onde você é, se nasceu aqui.

Afua2: Nasci aqui, me criei aqui, fui um pouco pra fora, voltei. Me formei, voltei, tô aqui.

Gabriela: Você se formou em quê?

Afua2: Pedagogia, e fiz a minha pós em Educação Especial.

Gabriela: Na sua opinião, as notícias que você viu aqui, os temas dessas notícias, retratam adequadamente o cotidiano do Marajó?

Afua2: Não, não. Tá muito fantasiado, não tá mostrando o real. Por exemplo, a situação do tráfico de criança. Não é como dizem, que pegam a criança e roubam. Funciona de outro jeito: conversam com os pais ou só com a mãe — porque a maioria é criada pela mãe ou pelos avós. São crianças carentes, que querem uma oportunidade. Aí aparece alguém que se aproveita, fingindo dar um futuro melhor, mas com índole maldosa. Muitas vezes é para exploração, prostituição.

Pra fazer um levantamento real, tinha que ter controle de quem entra no Brasil, como em outros países. Aqui muitos usam outros brasileiros pra levar criança pra fora ou até dentro do país, para exploração.

Gabriela: Estava conversando com algumas pessoas, que falaram que muitas vezes essas crianças irem para outros lugares nem sempre é tráfico sexual. Tem gente que quer adotar. É crime, porque não passa pelo processo legal, mas acontece.

Afua2: Sim, mas o programa social do Lula deu uma freada nisso. Diminuiu o problema, porque, se sair uma criança, diminui a Bolsa Família. Então muitos já não deixam ir pra não perder a bolsa. Isso reduziu casos. Mas ainda existem os

que levam para exploração doméstica. Ao invés de pagar alguém com carteira assinada, preferem manter uma criança em casa, dando comida e escola em troca de trabalho.

Gabriela: Quais dessas notícias você acha que se distanciam mais da sua realidade e quais estão mais próximas?

Afua2: A parte que mais se distanciou foi a do tráfico. Ele não é restrito a dois lugares, é em toda a ilha. O Marajó é uma ponte, cercado por água, de difícil fiscalização. A droga entra fácil e é distribuída. Até já encontraram droga nos rios.

Gabriela: E o que você acha que é mais próximo da verdade?

Afua2: Os acidentes de embarcação. Mas o índice maior é com motores rabetas, não com embarcações grandes. As grandes repercutem mais porque envolvem muita gente. Mas os acidentes com rabetas são muito comuns. Um primo meu morreu disso.

Gabriela: Eu vi que existe muito transporte fluvial ilegal, não regulamentado.

Afua2: Sim. A Marinha não tem como controlar tudo. É muito fácil ter uma rabeta ou lancha rápida, por isso os acidentes acontecem.

Gabriela: Você se sentiu bem representada pelas notícias? O Brasil consegue conhecer vocês através delas?

Afua2: Não. Não somos bem representados. Eles pegam um lugar e generalizam. O arquipélago é enorme, com várias culturas. Tem quem ainda pense que somos índios. Nós não somos. Somos pessoas conhecedoras da natureza e do mundo. O turismo traz gente de fora, eles ficam encantados com a bicicleta, com a Veneza Marajoara.

Gabriela: É incrível.

Afua2: Aqui usamos bicicleta, não transporte automotivo. Já em outros lugares, como Breves e Anajás, é cheio de moto, polui, faz barulho. Aqui é diferente.

Gabriela: Acho que Afuá é uma das cidades mais bonitas que já vi. Muito calma, arrumada, preservada.

Afua2: Isso também é mérito da administração. Nosso antigo gestor ficou mais de 20 anos, gostava da cidade, queria tudo organizado. Ele é exigente. Eu admiro esse estilo. A cidade é linda. Nós somos um povo hospitaleiro e caloroso. Se alguém precisa, ajudamos. Isso é uma característica do Norte. Minha filha que morou no Sul sentiu a diferença. Aqui ainda há amor, calor humano.

Gabriela: Na sua opinião, o que a mídia deveria priorizar para noticiar sobre o Marajó e o Afuá?

Afua2: Deveria começar pela educação federal. Os livros escolares mostram só o Sul, como se fosse o Brasil inteiro. Precisava incluir o Norte, nossas culturas. Mostrar as diferenças. Levar conhecimento do Norte para o Sul e vice-versa. Mas só impõem o Sul. Isso cria preconceito.

Gabriela: É mais fácil vocês saberem o que é o Sudeste sem nunca ter ido lá, do que eles saberem de vocês.

Afua2: Sim. Muitos acham que somos índios, e isso é triste. Quando estudei fora, percebi isso. Mas a cultura indígena é riquíssima e deveria ser respeitada. Aqui não temos a mesma cultura indígena como no Amapá, por exemplo, que é bem diferente.

Gabriela: Acho que vocês têm em comum a alimentação e o cuidado com a saúde vindos da natureza. Como usar andiroba para garganta, por exemplo.

Afua2: Sim. Isso é muito nosso.

Gabriela: Última pergunta: para você, o que é o Marajó? O que é ser marajoara?

Afua2: É incrível. Me sinto na mão de Deus aqui. Você vê a água, a terra, os animais, o amor caloroso das pessoas, o cuidado da natureza. Se estou doente, posso recorrer a vizinhos que me dão boldo, limão, remédio natural.

Aqui não tem terremoto, não tem tragédias naturais. Pra mim, o Marajó é o coração de Deus. É perfeito. É separado por água, protegido. É o paraíso.

Gabriela: Muito obrigada por participar.

Afua2: Eu não quero sair daqui.

Gabriela: Fiquei muito emocionada. Obrigada, de verdade.

Afua2: Obrigada também por levar nossa cultura. Espero que o mundo veja isso e cuide. Se o Marajó é o coração e os rios são as veias, se acabar aqui, acaba o mundo.

Gabriela: Arrasou. Muito obrigada, de verdade.

D- Entrevista Sujeito 3 Afuá

Gabriela: Só pra ficar gravado: não vai ser usado seu nome, nada que possa te identificar ou causar qualquer prejuízo. Vou abrir as notícias e, caso você se sinta desconfortável e queira parar, sem nenhuma explicação, tá tudo bem. Você mora aqui há quanto tempo, nasceu aqui, vive aqui desde sempre?

Afua3: Sim, eu nasci aqui em Afuá, sou filha de Afuá, meus pais e minha família são daqui. Eu saí um período, fui pro Sudeste, trabalhei por lá e depois retornei pro Marajó.

Gabriela: Na sua opinião, essas notícias retratam adequadamente a realidade do Marajó?

Afua3: Retratam, com certeza. O Marajó tem várias situações: acidentes, questões humanas. É importante lembrar que recentemente faleceu o nosso bispo, conhecido mundialmente pelo combate à exploração sexual de jovens e adolescentes, ao tráfico humano, que são realidades que acontecem sim na nossa região. Não são tão visíveis aos nossos olhos, mas, se formos adentrar a realidade, conhecer de fato... O Marajó é um arquipélago muito extenso, e cada município tem uma realidade. Você não vai encontrar a mesma cultura ou realidade em Soure e Salvaterra comparada a Afuá. É um outro povo, uma outra mistura.

Aqui, graças a Deus, o índice de violência é reduzido, porque temos uma segurança bem ativa. A polícia militar está presente, e o gestor municipal contribui muito para que a cidade tenha menos violência, menos crime. O município sozinho não caminha, precisa de parceria com o Estado. Um bom gestor revela um bom município: segurança, saúde, educação. O gestor atual é novato, mas vem da gestão anterior e é bem ativo.

Gabriela: Dessas notícias que você viu, o que é mais presente no cotidiano de vocês e o que mais se distancia da realidade?

Afua3: Aqui a gente tem muito a questão dos acidentes de embarcação e, principalmente, o escarpelamento de mulheres por falta de estrutura no

transporte. A jovem ribeirinha geralmente tem cabelo comprido e, sem proteção no motor, acontece o acidente. A Marinha vem fiscalizar, mas exige muito do ribeirinho, que não tem recurso financeiro pra atender tudo que pedem. Não é só dizer o que fazer, mas dar condições, política pública.

Também existem casos de abuso contra crianças e adolescentes. Vemos fluxo de pessoas entrando em secretarias de atendimento. O Conselho Tutelar relata casos, e tanto ele quanto o município têm agido para tentar reduzir.

Gabriela: Você se sentiu bem representada como marajoara nas notícias? O resto do Brasil consegue conhecer vocês por elas?

Afua3: Não. Não podemos ser conhecidos só pela violência. O Marajó tem cultura riquíssima, uma vasta floresta. A Amazônia é muito retratada no mundo, mas a gente gostaria de ser valorizado, reconhecido, não excluído. Às vezes, até o nosso sotaque é motivo de preconceito.

Quando morei em São Paulo, fui trabalhar em um colégio. Tinha o segundo grau, que na época dava direito a ministrar aula. Mas me disseram que não poderia porque tinha sotaque diferente e os alunos poderiam aprender a falar como eu. Isso me magoou muito. Trabalhei em serviços gerais até me aceitarem na educação infantil. Mas minha colega, que era negra, não foi aceita. Teve que sair. Isso foi uma marca.

Então, quando vejo notícias falando que o Pará é excluído, eu sinto na pele. Mas acredito que hoje há outra visão, que amadureceram. Cada povo tem sua cultura, seu sotaque, e isso torna o Brasil lindo.

Gabriela: Eu fui muito bem recebida.

Afua3: Pois é. O Marajó não pode ser retratado só por notícias ruins. Ele é muito complexo, cada cidade tem sua diversidade. Não é só Soure, Salvaterra ou Breves. É Afuá, Chaves, Ponta de Pedras, Melgaço, Curralinho, Cachoeira do Arari. Cada local tem um povo, uma cultura, seus problemas e lutas. Isso é o Marajó.

Gabriela: Quais aspectos deveriam ser noticiados?

Afua3: Nós temos projetos bonitos em escolas estaduais. Jovens criam coisas incríveis, mas isso fica aqui, não ganha visibilidade. Nossa juventude tem muitos valores. Isso deveria ser mostrado. O povo marajoara precisa ser retratado pelas coisas boas também.

As pessoas conhecem tacacá por música, açai que antes era só do Pará agora está sendo descoberto. Mas há muito mais. Deveriam mostrar nossa luta pela educação, saúde, mais acesso. Nós vivemos isolados, não saímos daqui na hora que queremos. Políticas públicas deveriam olhar mais pra isso.

Gabriela: E, por fim, para você, o que é o Marajó e o que é ser marajoara?

Afua3: O Marajó é um povo específico, mistura única. São rios, florestas, campos. É o jeito ribeirinho de viver, que caracteriza a Amazônia e o Marajó. Não pode se resumir só a floresta, porque também temos campos.

Aqui ainda temos ar puro. Não temos carros. Quando vejo um passando numa balsa, até me impressiono. O Marajó é um povo acolhedor, hospitaleiro. Não importa se é branco, negro, pobre ou rico. Se alguém precisa de ajuda, todo mundo ajuda. O Marajó é isso.

Gabriela: Muito obrigada, gente. Estou emocionada, achei lindo.

E- Entrevista Sujeito 1 Salvaterra

Gabriela: Aí eu vou abrir aqui para eu te mostrar. Posso sentar aqui do seu lado para eu te mostrar? O levantamento dessas notícias que eu fiz, todas elas foram levantadas no jornal da Globo, no globo.com. Então lá tem o Estadão, Liberal, todos os jornais que estão junto com a Globo. Beleza. É no ano de 2019. A maior quantidade de reportagens foi sobre violência física. Normalmente: jovem encontrado esfaqueado, briga entre homens, não sei aonde. Violência física assim. Também acidentes envolvendo transporte fluvial e embarcação.

Em 2019 essas foram as maiores quantidades de notícias. A gente teve 64 notícias sobre o Marajó inteiro. Depois, em 2020, a maior quantidade foi sobre saúde pública por causa do COVID e também operação policial: “a polícia apreende não sei quantas pessoas com droga”. A maioria nesse momento era sobre Salvaterra. Em 2021, acidentes envolvendo embarcação tiveram a maior quantidade. Em 2022, também acidente envolvendo embarcação, naquele ano em que morreram 23 pessoas. E já começam a aparecer exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de órgãos etc. como tema.

De 2023 a 2024, exploração sexual de crianças e adolescentes e tráfico de crianças e órgãos ficam no topo. E em 2023 e 2024 hábitos e cultura também entraram entre os principais temas. Eu deixei aberto aqui, vou entregar para o senhor ficar à vontade com as principais notícias desde 2019. Se o senhor puder, pelo menos ler, o que está falando é sobre isso. É só ir passando.

Salvaterra1: Tá.

Gabriela: Já tem mais ou menos uma noção do que é?

Salvaterra1: Já.

Gabriela: Pronto. Então eu tenho algumas perguntas para te fazer. Essa é uma entrevista semi-estruturada. Você não precisa se prender exatamente ao que eu perguntei. Está livre para falar. Dependendo do que você me contar, talvez

eu faça outras perguntas fora do script, mas te aviso. A primeira é: você mora há quantos anos no Marajó?

Salvaterra1: Atualmente estou há 14 anos direto. Mas minha estrada aqui no Marajó é desde bebê, já vinha de barco com minha mãe para a fazenda da minha tia.

Gabriela: Sua mãe era daqui, mas seu pai é de Belém. Você nasceu lá, né?

Salvaterra1: Nasci em Belém.

Gabriela: Na sua opinião, as notícias que o senhor viu aqui retratam adequadamente o cotidiano do Marajó?

Salvaterra1: Como eu lhe falo, para mim é marketing negativo. Aqui acontece como em todo lugar. Apesar de termos todos os tipos de turismo, não olham o Marajó como deveria ser. A questão política é terrível. Saímos de uma gestão pavorosa. Em relação ao transporte, todos sabem que aqui é uma “Veneza brasileira”. Mas não há fiscalização das embarcações, qualquer condução funciona.

O poder não olha para o social. Quando o estado olha para cá, só vê o povo como porco, pobre. Na educação, roubam merenda escolar. No centro de saúde, não tem atendimento. Aí ainda trazem figuras que pregam coisas sem sentido. Eu, com 40 anos aqui, digo: existe de tudo porque ser humano tem isso, mas não é tanto. Isso é marketing que carregamos porque não nos unimos. Público e privado têm que andar juntos.

Já vi aqui em Salvaterra que, quando não havia nada, em julho, pousadas e comércio se uniram com o público e foi um sucesso. Então só vai para frente com trabalho conjunto. Se não tiver, não vai.

Por exemplo: somos ilhas, com enchente e vazante. Temos usina de lixo? Não temos. Então dizem que o povo é sujo. Mas lixão é paliativo, logo enche. Isso começa na escola. Mas nossa escola ainda funciona no tempo antigo, quando vereador ou deputado escolhe diretora. Já vivi isso. Estava em sala de aula e a

diretora foi trocada assim, com deputado apresentando. Como trabalhar num sistema corrupto? O certo seria a comunidade escolher a diretora. Se houvesse reforma séria de ensino, muita coisa mudaria.

Gabriela: Temos cidadania...

Salvaterra1: Mas aqui é sempre um empurra-empurra de culpa. Dizem: “o marajoara é assim”. Mas isso é pela conjuntura de transporte e condições locais. A gente teve sorte de pegar o fio da meada, senão já teria sido destruído. Minha irmã teve doença séria, ficou na cadeira de rodas. Problema político junto com econômico afetou tudo. Mas este ano estamos melhor, turistas chegando de novo.

Em julho houve problema para espetáculo por briga de prefeitos, mas foi tranquilo. Aqui é como em qualquer lugar: você tem que ter cuidado. Eu, que moro aqui, não vou sozinho ao fim da praia de noite. Mas não troco o Marajó por Belém. E olha que tenho apartamento lá. Aqui é uma delícia.

Gabriela: Então essas notícias não são mentira, mas dão mais enfoque ao ruim do que ao legal, certo?

Salvaterra1: Certeza.

Gabriela: Pode me dar exemplo do que seria bom de aparecer nas notícias, que representaria melhor o Marajó?

Salvaterra1: Primeiro, parar com preconceito. Isso afasta. Desde a colonização fomos explorados. Joanes, por exemplo, carrega essa herança. Além disso, o Marajó tem petróleo, ouro, tudo. Mas a comunicação coloca só o que quer. Para mim, o Marajó nunca esteve tão mal falado quanto quando chegou a ministra aqui. Mas tenho esperança.

Gabriela: Então você não se sente bem representado enquanto marajoara?

Salvaterra1: Não. Não me sinto. Conheço outros destinos, como Nordeste, Copacabana. Gosto de viajar, mas queria trazer novidades para empregar aqui. Por exemplo, a municipalização do ensino foi um desastre. Os professores

passaram por uma rasteira. O estado ficou com a estrutura, a prefeitura paga os professores com atraso. E a culpa recai no povo pobre.

Gabriela: Última pergunta: do fundo do coração, o que o Marajó representa para você?

Salvaterra1: Representa minha vida, meu bem-estar, minha tranquilidade. Minha irmã, que teve doença raríssima, só voltou ao normal por causa desse ambiente daqui. Isso é muito forte. Aqui eu vivo o econômico, político, social e faço academia todo dia. Aqui é tranquilo. Todo mundo se conhece. É muito bom.

Gabriela: Muito obrigada pelo seu tempo, pela conversa, tudo que me contou, gravado e não gravado. Deveria ser mostrado ao mundo. Muito obrigada, de verdade.

Salvaterra1: Obrigado.

F- Entrevista Sujeito 2 Salvaterra

Gabriela: Só pra registrar no áudio: se você quiser parar em qualquer momento, se sentir desconfortável, não precisa dar nenhuma justificativa e a gente para, tá? Não vai ser usado seu nome, nada que possa te identificar na pesquisa. Deixa eu pegar as perguntas aqui. A primeira é: quantos anos tem que você mora no Marajó?

Salvaterra2: 44 anos.

Gabriela: É toda a sua vida, nasceu aqui. Você acha que as notícias que você viu aqui representam de fato o cotidiano do Marajó?

Salvaterra2: Algumas, sim. Questão de embarcação, sim. Questão de exploração sexual de criança, não é dentro da região do Marajó. Mas existe, né? Tem regiões que passam por situação de vulnerabilidade social bem mais difícil do que essa região, e realmente acontece. Mas existem muitas outras coisas, muito mais legais para serem divulgadas do que só isso. Porque a região não vive só em torno de tragédia.

Gabriela: Exatamente. O que você acredita que deveria ser principalmente noticiado sobre o Marajó? Para que o resto do Brasil conheça de fato um pouco? Pensando na população que às vezes não vai conseguir visitar e conhecer com os próprios pés esse chão. O que você acha que a mídia deveria noticiar para que essas pessoas pudessem conhecer o Marajó?

Salvaterra2: A mídia poderia noticiar sobre a cultura, sobre a floresta também, que deveria ser colocada em pauta com mais ênfase. E, além disso, divulgar como chegar na ilha. Porque não adianta divulgar o que tem e o turista não saber como chegar. Esse é um dos nossos gargalos aqui. O turista, para chegar, passa por muitas dificuldades, começa desde Belém. As empresas que fazem as viagens de barco pra cá não têm site que venda online. Então, quem está longe fica com dificuldade de comprar a passagem.

Quando chega em Belém e tenta comprar, é aquele problema: “não vende aqui, tem que ir pra outro lugar”. Às vezes, quando chega, a demanda não é

grande e o número de embarcações também não é. Então, às vezes, o turista desiste porque não consegue passagem ou porque vê que é muito complicado. Esse é um dos gargalos: além de divulgar o potencial interno, é divulgar como chegar.

Gabriela: Eu posso considerar que, do seu cotidiano, a notícia que mais se aproxima é a das embarcações, né?

Salvaterra2: Sim, mas como uma realidade da Amazônia toda, não só do Marajó. Situação de barcos irregulares é realidade amazônica. Eu não acho que seja culpa da população. A Marinha também deveria reforçar a fiscalização, capacitação, regulamentação dessas pessoas.

Gabriela: Eles já fazem...

Salvaterra2: Fazem, mas é um trabalho muito lento.

Gabriela: Porque existem naufrágios normais, como no trânsito. Mas tem também questão de escapelamento.

Salvaterra2: Agora não, acho que já diminuiu. Eles fizeram um bom trabalho no passado, que reduziu bastante o escapelamento por conta dos motores que não tinham capa de proteção. Hoje já melhorou.

Gabriela: Tá. Agora uma pergunta extremamente pessoal: o que significa o Marajó e o que significa ser marajoara?

Salvaterra2: O Marajó é uma terra muito rica, muito abençoada, acho que com muita indiferença. Ser marajoara é uma alegria muito grande dentro do meu coração. Eu poderia ter nascido em qualquer outro lugar, mas nasci aqui. E com meu trabalho, carrego uma missão de valorizar tudo que a gente tem aqui. Continuar um trabalho de valorização cultural e ambiental. Não é fácil, mas é um trabalho que eu gosto muito e que me deixa muito feliz.

Eu visitei Belém para estudar, mas depois quis voltar para cá. Hoje meu trabalho é esse, junto com minha família e a comunidade, que trabalha junto com a gente.

Gabriela: É isso. Muito obrigada por essa conversa e por essa ajuda. Eu espero que tudo isso que você tenta fazer prospere.

Salvaterra2: Assim.

Gabriela: Que é lindo. Obrigada por...

G- Entrevista Sujeito 3 Salvaterra

Gabriela: É só para reafirmar, não vou usar nada que te...

Salvaterra3: Me deixe desconfortável?

Gabriela: Eu espero que não deixe desconfortável, mas não vou usar para te expor... As perguntas são bem amplas, bem soltas. Não tem uma resposta certa, uma resposta errada. É a sua percepção sobre a sua vida, tá? Primeiro, quanto tempo você mora no arquipélago?

Salvaterra3: Eu efetivamente implantei residência desde 2019, início de 2019. Eu transferi o domicílio, né? Mas o arquipélago... a gente vem pra cá desde criança, porque minha avó morava, meus pais moram.

Gabriela: Entendi. A família?

Salvaterra3: É, mas como muito marajoara, a gente estuda fora, faz outras coisas e aí volta pra trabalhar por algum outro motivo. Então, desde 2019 eu estou efetivamente morando aqui.

Gabriela: Tá. Na sua opinião, as notícias que a gente viu aqui, os exemplos de notícias que são veiculadas, retratam adequadamente a realidade que você vive aqui no Marajó?

Salvaterra3: Não, de modo algum. Acho que as notícias são superficiais com relação à realidade do Marajó, especialmente quando tratam da questão de segurança pública. Existem notícias boas, mostrando a identidade marajoara, e aí dão um panorama mais correto. Mas os problemas são abordados de forma superficial e, muitas vezes, incorreta, parcial.

Gabriela: Você é a única pessoa que eu conversei que me falou que as notícias sobre o naufrágio não dão pra confiar. Todas as outras pessoas disseram que são as que mais fazem sentido. Você pode falar um pouco sobre?

Salvaterra3: Posso sim. Primeira coisa: não foi um acidente em maio daquele ano. Já em maio, antes do acidente, a população daqui havia chamado o governo do estado e as empresas de transporte para Belém, pedindo atenção, dizendo que poderia acontecer um problema a qualquer momento. As embarcações eram ruins, fora de horário.

Houve audiência pública. Depois disso, a imprensa local noticiou motor pegando fogo, gente passando de lancha para navio em plena baía. Mas isso foi ignorado quando ocorreu o acidente.

Quem acompanhou daqui sabe: só embarcaram naquela lancha porque a regular não estava disponível. É como em qualquer lugar: se não tem transporte regular, aparece o mototaxista. Não é seguro, mas é o que tem. A lancha que afundou era a única opção naquele dia.

Outro ponto: essa empresa tinha ponto de venda oficial em Belém. Não era tão irregular como dizem. Ela não podia parar em Salvaterra, mas tinha autorização para outras linhas. O problema é que, sabendo que não podia parar aqui, o dono da lancha não quis pedir socorro. Isso foi omissão de socorro, e ninguém comenta.

Gabriela: Mas se o estado não...?

Salvaterra3: Como se o estado não tivesse sido avisado. Ele tinha obrigação de fiscalizar. Se a lancha parou em porto regular, cadê o fiscal? Então, é parcial a notícia.

Gabriela: Você se sente bem representada pelas notícias sobre o Marajó? O Brasil, fora daqui, consegue compreender o que é esse lugar?

Salvaterra3: Não. É possível compreender conversando com as populações, associações. Mas só pelas notícias, não. Elas são feitas por jornalistas ligados ao poder econômico. Mostram fazenda, queijo, camisa do Marajó, mas não mostram de onde vem o grafismo indígena, nem a vida das bordadeiras.

Os turistas vêm pelo queijo, mas os marajoaras não consomem no cotidiano. Comemos peixe, caranguejo, açai. Hoje, pelo preço, cresce a tradição do açai com mortadela.

O turismo divulgado é voltado para agronegócio, mas isso não representa o Marajó. A floresta é ameaçada por ele. Então, não me sinto representada.

Gabriela: Na sua opinião, quais aspectos a mídia deveria priorizar?

Salvaterra3: Levantar problemas e potencialidades. Quase todos os problemas vêm da falta de renda: segurança, exploração sexual infantil. Geração de renda é fundamental. Também a identidade cultural e a natureza. É possível desenvolver turismo sem prejudicar o bioma.

O Sudeste deveria saber a importância dos estuários do Marajó. Temos problemas com pesca predatória, arrasto, falta de fiscalização. Já não se vê botos.

Gabriela: E aí eles não têm comida?

Salvaterra3: Exatamente. O Sudeste deveria ver a natureza e conhecer a história local. Salvaterra foi o primeiro município onde colonizadores chegaram para dizimar indígenas, houve miscigenação com escravizados. Nossa população cabocla tem isso na pele. Mas falta valorização.

Hoje, cresce religião que chama tradições de demônio, extingue folguedos, ladainhas, batuques. Tradições vão morrendo. Mestres como Damasceno mantêm saberes que estão sendo apagados.

O Marajó é um cemitério indígena. Debaxo das construções há sítios arqueológicos. A ilha inteira é APA, mas tomada por lixo e ocupação irregular. A mídia deveria mostrar isso. O que cresce é monocultura de arroz, soja, que não beneficia a agricultura familiar, só poucos.

Gabriela: Agora a última. Para você, de maneira pessoal, o que é o Marajó?

Salvaterra3: É território sagrado, de religiosidade e cultura. Muito grande, com paisagens encantadas. Precisa de proteção e reconhecimento. Há uma espiritualidade forte: encantarias caruanas, samba-enredo das princesas, religiosidade esquecida. O Marajó muda vidas, conecta com a floresta.

Gabriela: Muito obrigada. É isso, importante pra mim. Muito obrigada, de verdade.

H- Entrevista Sujeito 1 Soure

Gabriela: É só para reafirmar. Eu não vou te expor de maneira nenhuma, tá? Vou começar com as perguntas. A partir dessas notícias que a gente visitou, a primeira pergunta: quanto tempo você vive aqui no Marajó?

Soure1: Eu venho acompanhando a ilha do Marajó há 19 anos e hoje eu estou morando aqui há 7 anos, vai fazer 7 anos.

Gabriela: E dessas notícias aqui que o senhor viu, o senhor acha que elas retratam de maneira fiel o cotidiano do Marajó?

Soure1: Não. Eu acho que não, principalmente na parte de violência. Nós temos um Marajó dividido em duas regiões: a oriental e a ocidental. Na parte de violência, o que mostra aí é do outro lado. Na nossa parte oriental aqui já é uma parte turística, onde temos a cerâmica, o nosso carimbó, as nossas belezas naturais, nossas praias, nossas fazendas.

Eu acho que também é erro dos nossos governantes. Aqui em Soure, na ilha, nós vivemos através de leis, regimes e decretos. Aqui é tranquilo. O tempo que estou aqui foi o local onde achei paz com meu espírito. Eu já vivi em local muito violento. Aqui a gente não vê violência. Graças a Deus aqui não tem assalto, não tem morte matada. As mortes aqui às vezes são por doença, velhice ou acidente.

Gabriela: Como o senhor está me falando que essas notícias que a gente olhou aqui não fazem parte do seu cotidiano, queria te perguntar: o que o senhor acha que a mídia deveria noticiar para que o resto do país conhecesse o Marajó? O que falta ser noticiado, o que poderia contribuir para que a gente conhecesse esse pedaço do país?

Soure1: Na minha concepção, tinha que conhecer a realidade, não mostrar por palavra dos outros. Vim conhecer a realidade. Muitas pessoas falam sem conhecer. Já perguntaram pra mim: você está conhecendo agora? Então está vendo? Não. Tem muita gente que não conhece o local e fala de jeito errado.

Se você chegar na nossa ilha, vai ver a tranquilidade. Aqui não vemos pessoas jogadas em calçadas em cima de papelão. Aqui o nosso povo é simples, humilde, mas alegre. Aqui não vemos turistas amedrontados por roubo ou assalto. Nas praias vemos crianças brincando tranquilas. O que falam é do outro lado, não daqui. Eles precisam vir conhecer a nossa parte.

Gabriela: É muito grande...

Soure1: Muito grande. Tem que conhecer um pouco da realidade. É claro que tem parte difícil, mas todo mundo vive uma vida boa.

Gabriela: Acho que dessas notícias, os acidentes de embarcação podem fazer mais parte do cotidiano do Marajó inteiro.

Soure1: Acho que sim.

Gabriela: Da Amazônia, né?

Soure1: Também. Eu coloco um pouco de culpa do governo. No terminal hidroviário de Belém, você entrega uma cédula de 100 reais e ganha um bilhete sem pedirem identidade ou documentação. Na hora de um naufrágio ou falha, não sabem nem quem estava na embarcação. Também não sabem quem está vindo pra ilha, porque não fiscalizam. Falta estrutura do governo estadual.

Na viagem, deveriam pedir a identidade, escanear no computador, e se tiver alguém errado, já saberiam. Mas falta fiscalização, tanto dos órgãos de segurança quanto dos de navegação. Essa lancha que afundou não tinha porte pra vir pro Marajó. Aqui temos uma baía que se abala com as águas do mar. Tem que ser embarcação lacrada, porque a força das ondas é muito forte. Até as balsas balançam.

Gabriela: Agora é a última pergunta, tá? Para o senhor, o que o Marajó representa?

Soure1: Para mim, o Marajó é uma beleza. Eu amo. Mesmo não sendo daqui, estando aqui esse tempo, já me tornei marajoara. Meu título de eleitor é daqui,

meu cadastro único é daqui, meu endereço fixo é daqui. Aqui é o melhor local para sobreviver.

Na pandemia, o prefeito lacrou a ilha. Do tanto de habitantes, morreram muito poucos, não chegou nem a 50 pessoas. Só morreu esse tanto porque, por falta de informação, mandavam parentes para a capital. Se tivessem isolado em casa, no quintal, numa rede, tratando com nossas ervas como antigamente, não teria perecido tanta gente.

Vivemos numa ilha tranquila. Aqui encontrei paz com meu espírito, um local bom.

Gabriela: Ah, muito obrigado, viu, pelo depoimento do senhor.

I- Entrevista Sujeito 2 Soure

Gabriela: Só para reafirmar, não vai ser veiculado na pesquisa o seu nome nem nada que possa te identificar, tá? A primeira pergunta é: há quanto tempo você vive aqui no Marajó?

Soure2: Exato, 50 anos.

Gabriela: A vida toda, nasceu aqui?

Soure2: Vida toda, nasci aqui.

Gabriela: Aqui em Soure mesmo. Legal. Dessas notícias que a gente viu, você acha que elas conseguem transmitir para o resto do país o que é o Marajó? Porque a gente tem um país de dimensão continental, nem todo mundo vai conseguir chegar aqui. É possível, através dessas notícias, conhecer o Marajó?

Soure2: Eu acho que não. A ilha do Marajó é gigantesca. A gente está aqui numa ponta da ilha, em Soure, na calha do Amazonas. Inclusive Soure faz parte da maior faixa de manguezal contínua do planeta. Aqui também faz parte de uma área de recifes de corais que ainda são desconhecidos da ciência. É algo muito novo, porque os recifes geralmente estão no oceano, em água clara. Esse se formou em área de água temperada, mistura de água doce com salgada. É uma vida marinha que ainda não se conhece.

Mas isso é só uma ponta da ilha. O Marajó é gigantesco, com campos, florestas, modos de vida diferentes, uma biodiversidade muito grande. É a maior ilha flúvio-marinha do mundo. Aqui dentro caberiam países.

É lógico que o Marajó tem problemas por ausência do estado na saúde e na educação. Mas depende de como se mede o IDH. Por exemplo, aqui em Soure é um dos poucos lugares no planeta em que o alimento é democrático. A produção de alimentos no mundo está nas mãos de grandes indústrias. Aqui, se a pessoa souber pegar um caranguejo, um siri, um peixe, ou colher uma fruta, não passa fome.

Cito isso porque aqui se desenvolveu uma das culturas mais importantes das Américas: a cerâmica marajoara. Um povo que criou estética, padrão artístico, símbolo de brasilidade. Isso deveria ser notícia. Mas o que circula é sensacionalismo, covardia, notícias para vender. É muito infeliz, inclusive aquela música feita por uma jovem cantora. Ela não tinha conhecimento do lugar. Não se pode estigmatizar um lugar a partir de fatos isolados.

Se existe problema, o estado deve aplicar investimentos para reduzir desigualdade. Pesquisa estatística não pode ser para estigmatizar uma região, mas para servir de base de política pública.

Gabriela: Então por que essas coisas que você contou não são veiculadas?

Soure2: Acho que existe racismo científico com a ancestralidade brasileira. Aqui se habita há 3400 anos. Na Amazônia, temos dados de 11 mil anos de ocupação humana. Esses povos foram chamados de civilizações primitivas, mas eram sofisticados: viviam em simbiose com a floresta, desenvolveram arte, agricultura, terra preta. Já a nossa civilização dita evoluída destrói em pouco tempo.

Esses povos tinham relação espiritual com a floresta. Isso deveria ser veiculado como referência. Mas o que aprendemos nos livros de história é mentira, romantização. A Amazônia viveu holocaustos, dizimação de aldeias, escravidão, estupro. E os heróis celebrados eram algozes.

O mundo tem muito a aprender com a Amazônia. O trabalho que faço com cerâmica é social, repassando conhecimento para a comunidade. O colonizador tirou nossa história e introduziu outra para dominar. Mas entendendo a origem, a gente vai se libertando.

Hoje, o modelo de exploração, desmatamento, mercado, está destruindo o planeta. Estamos num processo de autodestruição. O planeta continua, nós é que vamos desaparecer. O povo da floresta vivia de forma espiritual, divina, em simbiose com a natureza.

A arte e a cultura trazem essa reflexão. Isso deveria circular na mídia. Agora mesmo estou me preparando para um evento na Arábia Saudita, levando exposição e demonstração da cerâmica marajoara. Isso é brasilidade. Mas não aparece como deveria.

Gabriela: Então você não se sente representado enquanto marajoara por essas notícias?

Soure2: Não. Se você vai veicular uma notícia, tem que mostrar alternativas de solução. Falar só do problema para gerar engajamento é leviano, covarde. Isso não me representa como morador.

A gente não foge à luta, sabemos que o estado é ausente. Mas a mídia deveria chamar a atenção das autoridades, mostrar que o Marajó é um santuário, uma APA, uma área riquíssima que precisa de preservação e também de condições dignas de vida.

As pessoas deveriam ouvir o próprio marajoara, não alguém de fora. Quem não conhece tem que vir para conhecer, não comprar notícias prontas.

Gabriela: Com certeza. A última pergunta: para você, o que é o Marajó e o que é ser marajoara?

Soure2: Para mim, ser marajoara é um grande privilégio. Somos herdeiros de uma cultura que deixou uma arte linda para o Brasil, a cerâmica marajoara. Viver aqui, onde o Amazonas encontra o mar, respirar ar puro, viver em paz na natureza, em comunidade, é um presente.

Ser marajoara é viver em simbiose com a natureza, sair à rua tranquilo, ter acesso a peixe, caranguejo, camarão, frutas. É ter boa alimentação, bons pensamentos. O povo marajoara é festeiro, alegre, acolhedor. A maior riqueza que temos é ser um povo feliz.

Apesar do estigma e das dificuldades, somos resilientes e buscamos viver bem, o **tekoporã**, o bem viver. Ser marajoara é viver no Marajó com arte, cultura e natureza.

Gabriela: Muito obrigada, agradeço muito, foi de grande ajuda.

J- Entrevista Sujeito 3 Soure

Gabriela: Comecei tá a gravação só para deixar gravado, bonitinho, é? Não vou expor vocês, não vou usar nome nem nada. É dessas notícias, né, que a gente passou aqui, que a gente viu sobre os assuntos que são tratados, o tipo de notícia que normalmente se fala sobre o Marajó. Vocês, primeiro: vocês moram aqui há quantos anos?

Soure3/2: Deixa ela falar primeiro que ela é mais velha aqui.

Gabriela: Não...

Soure3/1: Eu moro aqui, meu amor, desde quando meu pai foi barraqueiro aqui nessa praia. Foi o primeiro barraqueiro daqui. Meu pai morreu com 85 anos, foi o primeiro barraqueiro dessa praia. Tem história boa pra contar aqui pra você.

Gabriela: Arrasou, vou querer ouvir todos.

Soure3/1: Então tem muitos anos. O pai foi o primeiro barraqueiro, foi meu pai que depois construiu as barracas todinhas. Aí a mãe dela era cozinheira do meu pai. Olha, comida dela, toca feijão...

Gabriela: E você?

Soure3/1: Eu, minha história é boa daqui. Amo esse lugar, eu nasci aqui.

Soure3/2: Eu nasci aqui, tive duas filhas também que nasceram aqui, criadas aqui. Tenho 38 anos. E em relação assim, eu vejo que a gente tem que ter muito cuidado com os nossos filhos, né? Na educação, no que está acontecendo ao redor do mundo. Porque muitas vezes a criança não tá vendo nada, mas a gente adulto vê, a gente vê a maldade em tudo. Então é assim. Aí eu tenho um filho que mora comigo, a outra mora em Belém com o pai. Ele fica preocupado quando vem pra cá, e aí é assim...

Mas aqui é um lugar tranquilo. Só que a gente tem que estar com o olho bem aberto, porque sempre vem gente de fora com esse negócio de droga, essas coisas que estragam.

Soure3/1: Estraga, moça. A maioria desses rapazes é a droga. Isso não deveria existir no mundo, né? Estraga rapaz novo. Já pensou ter um irmão que vai usar uma coisa dessa que não é boa? Só vai prejudicar a própria vida. Nenhum de nós quer que familiares façam parte desse tipo de situação. Tem jovem que está se perdendo nas drogas. É muito triste pra um pai, pra uma mãe.

Soure3/2: O mais triste ainda é quando a pessoa corre... como é que eles falam? Tem muito jovem que tá tirando vidas por causa das drogas. Eu vejo assim: quando abro, não vejo muito jornal, mas pelo telefone vejo muito: fulano morreu por causa de droga. Hoje em dia, em lugar nenhum pode fazer sinal, foto... Quer dizer, o mal já tomou conta do mundo, a maldade.

Gabriela: Dessas notícias que eu falei para vocês, vocês acham que o que mais faz parte do cotidiano aqui talvez seja realmente a questão da droga?

Soure3/1: É o que acaba com a vida do homem.

Gabriela: E muita violência física...

Soure3/2: A gente vê muita adolescente grávida, né?

Soure3/1: Tem que ter muito cuidado com mocinha novinha.

Soure3/2: Aqui em Soure não tem mais, mas em outro lugar do Marajó foi exposto que teve criança mandada pelos próprios pais para barcos, pra arrumar o que comer. Muito triste. A própria família... é muito triste ver isso. Eu não consigo nem imaginar. Eu tenho duas filhas e sempre trabalhei pra não faltar nada. Criei sozinha, sem ajuda de pai. Até aqui, na porta de casa, já vieram dois idosos me oferecer dinheiro pra ficar comigo. Eu disse que era crime. Mesmo sendo mãe solteira, nunca precisei me vender, nem entrar no mundo das drogas.

Eu sempre trabalhei: já trabalhei em restaurante, em cozinha. E hoje, com o seguro defeso da pesca, abri um pequeno comércio em casa só pra manter a gente. Graças a Deus vivemos num lugar farto.

Gabriela: É, todo mundo que eu conversei falou isso.

Soure3/2: Um lugar farto de tudo mesmo. Mas em outros lugares, criança passa necessidade, família passa necessidade. Muitas vezes é o pobre que ajuda o pobre.

Soure3/1: Minha família ganhou cesta básica aqui e eu doei pra Salvaterra, porque tinham famílias lá sem o que comer. Eu não ia dar conta de consumir tudo.

Gabriela: Tem um povo muito acolhedor, muito caloroso.

Soure3/1: É, sou só eu e meu filho. Agora ele arranjou esposa, mora em Salvaterra. Eu fiquei só. Não dava conta de comer tudo aquilo.

Gabriela: Vocês se sentem representadas ao ver as notícias que aparecem? Conseguem olhar para elas e sentir que representam a realidade de vocês?

Soure3/2: Sim.

Soure3/1: Sim, porque aqui é um lugar maravilhoso, abençoado.

Gabriela: Mas a maior parte das notícias é sobre violência, tráfico de criança, naufrágio de embarcação, operação policial...

Soure3/2: A gente vive isso, sim. Por exemplo, minhas filhas menores não podiam vir sozinhas de Belém. Eu tive que ir até o Conselho, buscar documentação. Disse pro rapaz: o acesso mais fácil pra sequestro de adolescente é daqui pra lá. Aqui é que falta fiscalização.

Gabriela: É aqui que falta fiscalização.

Soure3/2: Sim. Hoje fui comprar passagem e não pode sem identidade. A identidade ficou em Belém. Como pode? Aqui é uma lei, lá é outra.

Gabriela: E o que vocês gostariam que fosse noticiado sobre o Marajó? Como gostariam que o Brasil conhecesse Soure?

Soure3/2: Turismo.

Soure3/1: Turismo, nossa praia é linda.

Soure3/2: As pessoas dizem que a praia é feia, mas é a natureza.

Soure3/1: Vou lhe explicar. Mais pra frente é só banco de lama. Tem gente que chega, vê e vai embora. Antes era só areia, agora tem barro. É a natureza que muda. Mas muitos turistas se encantam mesmo assim. Já conheci paulista que amou. Quem vem, volta. Eu mesma moro aqui desde pequena, meu pai teve a primeira barraca. Eu amo esse lugar, não troco por outro.

Soure3/2: O pessoal gosta dos passeios. Tem catraieiro, tem guia, tem trilha. Turista adora.

Gabriela: E esse turu aí, me contem.

Soure3/1: É uma delícia, parece tripinha. Pode comer cru com limão, sal e pimenta, ou cozido. É bom.

Soure3/2: Dizem até que é o “viagra do Marajó”. Eu fui criada comendo. Minha mãe tirava os paus do mangue, profissional nisso.

Soure3/1: É fresquinho. Minha mãe tirava tudo. Eu via.

Soure3/2: Apesar de em todo lugar ter violência, pra cá é mais tranquilo. Eu conheci família de São Paulo que disse: aqui dá pra andar com dinheiro sem ser roubado.

Gabriela: Todo mundo falou que se sente seguro aqui.

Soure3/1: É, dá pra ir ao supermercado à vontade. Em Belém não.

Soure3/2: Exato. Lá em Belém, se der bobeira, roubam mesmo. Aqui não.

Soure3/1: É outro clima. Meu pai morreu com 85 anos, foi o primeiro barraqueiro daqui. Tinha restaurante, vendia casquinho, caranguejo, tudo. Eu não troco este lugar. Belém me faz mal. Aqui o clima é maravilhoso.

Gabriela: Meninas, eu agradeço muito esse tempo que vocês me concederam. Vai ser muito importante pra mim. Agradeço de coração. Vocês podem assinar o termo pra eu poder usar.

K- Quadro de assuntos noticiados sobre o Marajó 2019 a 2024.

2019			
Tema	Quantidade de notícias	Acesso	Notícias Selecionadas¹⁰
Acidentes envolvendo transporte fluvial e embarcações.	<u>11</u>		Violência física.
Acidentes com transporte terrestre.	1		
Ações de apoio comunitário e projetos sociais.	1		
Curiosidades e peculiaridades locais.	4		
Crimes diversos (sem violência física e sexual).	6		
Exploração sexual de crianças e adolescentes/ tráfico de crianças e órgãos.	0		
Gastronomia,	7		

¹⁰ <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/menino-de-13-anos-confessa-ter-assassinado-crianca-de-6-anos-em-salvaterria-na-ilha-do-marajo.ghtml>. Acessado em 07/01/2025
<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/06/22/embarcacao-desaparecida-na-rota-do-marajo-e-encontrada-pela-capitania-dos-portos.ghtml> Acessado em 07/01/2025

pratos típicos e cultura alimentar.			
hábitos, tradições e identidade local e cultura.	3		
Natureza, meio ambiente e biodiversidade.	7		
Operação policial.	10		
Questões relativas a administração pública, gestão governamental e políticas públicas.	3		
Violência física.	<u>14</u>		
Violência doméstica e feminicídio.	0		
Violência sexual.	3		
Saúde pública e Covid 19.	0		
Sem categoria definida/assunto diverso.	14		
			Acidentes envolvendo transporte fluvial e embarcações. 

Fonte: Elaboração do autor.

2020			
Tema	Quantidade de notícias	Acesso	Notícias Selecionadas ¹¹ .
Acidentes envolvendo transporte fluvial e embarcações.	<u>9</u>		Saúde pública e Covid 19.
Acidentes com transporte terrestre.	2		
Ações de apoio comunitário e projetos sociais.	3		
Curiosidades e peculiaridades locais.	0		
Crimes diversos (sem violência física e sexual).	11		
Exploração sexual de crianças e adolescentes/ tráfico de crianças e órgãos.	0		
Gastronomia, pratos típicos e cultura alimentar.	1		

¹¹ <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/05/28/justica-do-pa-nega-prorrogacao-de-lockdown-em-breves-no-marajo.ghtml> Acessado em 08/01/2025
<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/03/05/policia-apreende-madeira-ilegal-em-soure-no-marajo.ghtml> Acessado em 08/01/2025

hábitos, tradições e identidade local e cultura.	5		
Natureza, meio ambiente e biodiversidade.	8		Operação Policial. 
Operação policial.	15		
Questões relativas a administração pública, gestão governamental e políticas públicas.	9		
Violência física.	<u>8</u>		
Violência doméstica e feminicídio.	2		
Violência sexual.	3		
Saúde pública e Covid 19.	18		
Sem categoria definida/assunto diverso.	12		

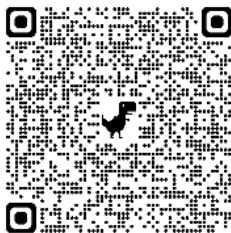
Fonte: Elaboração do autor.

2021			
Tema	Quantidade de notícias	Acesso	Notícias Seleccionadas ¹² .
Acidentes envolvendo transporte fluvial e embarcações.	13		Acidentes envolvendo transporte fluvial e embarcações.
Acidentes com transporte terrestre.	0		
Ações de apoio comunitário e projetos sociais.	6		
Curiosidades e peculiaridades locais.	0		
Crimes diversos (sem violência física e sexual).	8		
Exploração sexual de crianças e adolescentes/ tráfico de crianças e órgãos.	0		
Gastronomia, pratos típicos e cultura alimentar.	2		

¹² <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/02/11/corpo-de-bombeiro-localiza-corpos-de-jovens-desaparecidos-em-melgaco-na-ilha-do-marajo.ghtml> Acessado em 08/01/2025
<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/12/16/homem-e-preso-e-policia-apreende-mais-de-160-petecas-de-oxi-em-salvaterre-no-marajo.ghtml> Acessado em 08/01/2025

hábitos, tradições e identidade local e cultura.	3		
Natureza, meio ambiente e biodiversidade.	7		Operação Policial. 
Operação policial.	9		
Questões relativas a administração pública, gestão governamental e políticas públicas.	5		
Violência física.	6		
Violência doméstica e feminicídio.	2		
Violência sexual.			
Saúde pública e Covid 19.	9		

Fonte: Elaboração do autor.

2022			
Tema	Quantidade de notícias	Acesso	Notícias Selecionadas ¹³ .
Acidentes envolvendo transporte fluvial e embarcações.	52		Acidentes envolvendo transporte fluvial e embarcações.
Acidentes com transporte terrestre.	1		
Ações de apoio comunitário e projetos sociais.	7		
Curiosidades e peculiaridades locais.	3		
Crimes diversos (sem violência física e sexual).	8		
Exploração sexual de crianças e adolescentes/ tráfico de crianças e órgãos.	14		

¹³ https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/09/09/o-que-se-sabe-e-o-que-falta-saber-sobre-o-naufragio-que-deixou-mortos-e-desaparecidos-em-ilha-de-belem.ghtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=share-bar-mobile&utm_campaign=materias
Acessado em 08/01/2025

https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/10/13/damare-diz-que-se-baseou-em-conversas-com-o-povo-na-rua-ao-denunciar-exploracao-infantil.ghtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=share-bar-mobile&utm_campaign=materias
Acessado em 08/01/2025

Gastronomia, pratos típicos e cultura alimentar.	4		Operação Policial. Exploração sexual de crianças e adolescentes/ tráfico de crianças e órgãos.
hábitos, tradições e identidade local e cultura.	13		
Natureza, meio ambiente e biodiversidade.	1		
Operação policial.	10		
Questões relativas à administração pública, gestão governamental e políticas públicas.	1		
Violência física.	4		
Violência doméstica e feminicídio.	2		
Violência sexual.	3		
Saúde pública e Covid 19.	2		
Sem categoria definida/assunto diverso.	13		



Fonte: Elaboração do autor.

2023			
Tema	Quantidade de notícias	Acesso	Notícias Selecionadas ¹⁴ .
Acidentes envolvendo transporte fluvial e embarcações.	<u>8</u>		Hábitos, tradições e identidade local e cultura.
Acidentes com transporte terrestre.	0		
Ações de apoio comunitário e projetos sociais.	1		
Curiosidades e peculiaridades locais.	10		
Crimes diversos (sem violência física e sexual).	14		
Exploração sexual de crianças e adolescentes/ tráfico de crianças e órgãos.	15		
Gastronomia, pratos típicos e cultura alimentar.	0		

¹⁴ <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/01/27/mestre-damasceno-apresenta-novo-disco-em-show-neste-sabado-em-belem.ghtml> Acessado em 08/01/2025
<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/10/13/em-30-anos-nenhuma-denuncia-ao-mpf-sobre-trafico-de-criancas-no-marajo-mencionou-torturas-citadas-por-damasceno.ghtml> Acessado em 8/01/2025

hábitos, tradições e identidade local e cultura.	18		
Natureza, meio ambiente e biodiversidade.	7		Exploração sexual de crianças e adolescentes/ tráfico de crianças e órgãos.
Operação policial.	5		
Questões relativas a administração pública, gestão governamental e políticas públicas.	3		
Violência física.	2		
Violência doméstica e feminicídio.	2		
Violência sexual.	2		
Saúde pública e Covid 19.	3		
Sem categoria definida/assunto diverso.	15		



Fonte: Elaboração do autor.

2024			
Tema	Quantidade de notícias	Acesso	Notícias Selecionadas ¹⁵ .
Acidentes envolvendo transporte fluvial e embarcações.	<u>4</u>		Exploração sexual de crianças e adolescentes/ tráfico de crianças e órgãos.
Acidentes com transporte terrestre.	1		
Ações de apoio comunitário e projetos sociais.	2		
Curiosidades e peculiaridades locais.	6		
Crimes diversos (sem violência física e sexual).	0		
Exploração sexual de crianças e adolescentes/ tráfico de crianças e órgãos.	21		
Gastronomia,	4		

¹⁵ <https://glamour.globo.com/entretenimento/noticia/2024/02/famosos-usam-as-redes-sociais-para-cobrar-autoridades-no-combate-do-trafico-de-criancas-e-exploracao-infantil-de-menores-na-ilha-dos-marajo.ghtml> Acessado em 08/01/2025
<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/09/28/projeto-no-para-reforca-os-lacos-das-criancas-da-ilha-do-marajo-com-a-natureza.ghtml> Acessado em 08/01/2025

pratos típicos e cultura alimentar.			
hábitos, tradições e identidade local e cultura.	11		
Natureza, meio ambiente e biodiversidade.	7		Exploração sexual de
Operação policial.	8		cHábitos, tradições e identidade local e cultura.
Questões relativas a administração pública, gestão governamental e políticas públicas.	5		
Violência física.	4		
Violência doméstica e feminicídio.	2		
Violência sexual.	3		
Saúde pública e Covid 19.	0		
Sem categoria definida/assunto diverso.	11		



Fonte: Elaboração da autora.